
015ª SESSÃO ORDINÁRIA 07MAR2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Coletivo Feminino Plural, que tratará de apresentação de projeto e ações em defesa das políticas públicas para mulheres e meninas em Porto Alegre. A Sra. Telia Negrão, Coordenadora-Geral, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. TELIA NEGRÃO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; uma saudação especial à Ver.^a Sofia Cavedon, que hoje responde pela Procuradoria da Mulher desta Casa; a todas as nossas queridas Vereadoras, ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e Fórum Municipal aqui presentes, as minhas companheiras do Coletivo Feminino Plural e do Grupo Inclusivas. É com sentido de responsabilidade que, em nome do Coletivo Feminino Plural e como Cidadã Honorária desde Município, ocupo esta Tribuna Popular, espaço que já me acolheu inúmeras vezes nos últimos 20 anos. Lugar que pertence a todas nós que acreditamos nos direitos humanos, na democracia, na igualdade e na justiça social como bens maiores a serem defendidos.

Amanhã, comemora-se o Dia Internacional da Mulher, possivelmente com uma grande pergunta que nos unifica: por que, apesar de tantas lutas e tantos avanços já ocorridos na humanidade, as mulheres e meninas continuam em condição de desigualdade por razões de gênero? Por que é tão difícil reconhecer esta realidade e de fato incidir sobre ela para mudá-la e erradicar não só as manifestações, mas as causas que levam a essa desigualdade? E, por fim, perguntar o que é que todas e todos nós podemos fazer?

O Coletivo Feminino Plural tem 20 anos de existência formal identificada com os direitos humanos e cidadania de mulheres e meninas. É hoje uma entidade reconhecida nacional e internacionalmente por sua atuação no empoderamento de gênero. Filiado à Rede Feminista de Saúde, à Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe e ao

Movimento Nacional de Direitos Humanos, atua na incidência política, elabora ações de monitoramento, relatórios, projetos e diagnósticos sobre a situação das mulheres, direitos e políticas públicas. Participou dos mais importantes movimentos e momentos nacionais, como a criação da Lei Maria da Penha, as Normas Técnicas Nacionais de Saúde e de Violência Sexual contra Mulheres e Meninas, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, os Direitos Sexuais e Reprodutivos, e a Reforma do Sistema Político, que infelizmente não se efetivou.

Enquanto travamos essas lutas nacionais e internacionais, inclusive nas Nações Unidas, pois coordenamos o Consórcio Nacional para o Monitoramento da Convenção da Mulher, também desenvolvemos ações locais. O Feminino Plural é uma entidade conhecida em várias comunidades, onde trabalha com mulheres e meninas para o seu fortalecimento e prevenção à violência. Começamos com o projeto Rede Menina, capacitando 250 agentes em direitos de crianças e adolescentes, e hoje mantemos um programa chamado Escola Lilás de Direitos Humanos, que atua com o apoio do Poder Judiciário lá no bairro da Restinga.

Desde 2011, coordenamos um Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência em Canoas, onde já acolhemos mais de 2500 mulheres.

A feminização da epidemia de HIV e da Aids nos levou a desenvolver o projeto Conexões, que sensibiliza profissionais e movimentos sociais sobre a necessidade de articular o enfrentamento à violência de gênero com a epidemia do HIV, porque as mulheres têm pouco poder de negociação de relações sexuais seguras, e sofrem depois os estigmas e as exclusões.

A falta de um enfoque adequado à atenção à saúde mental das mulheres nos levou a elaborar o projeto Girassóis, resultando numa proposta de linha de cuidado em saúde mental com enfoque de gênero, acolhido pelo Ministério da Saúde.

E porque a vida tem que ser vivida na sua plenitude, há dois anos, mantemos um Ponto de Cultura Feminista Corpo, Arte e Expressão, que, com o apoio do Ministério da Cultura e Sedac, em parceria com varias entidades e artistas, elaboram uma série de ações criativas e lúdicas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos e questiona o direito à autonomia das mulheres, que é permanentemente violado.

Um grupo de estudos e um acervo de livros denominado Enid Backes, em homenagem a essa grande mulher gaúcha, tem sido espaços de construção e crescimento de formação

de uma nova geração de mulheres que querem se constituir como feministas, empoderadas política e teoricamente.

Sabemos, senhoras e senhores, que, que por mais que uma organização não governamental possa realizar, é um grão de areia frente aos compromissos que os governos e a sociedade devem assumir para acabar com desigualdades e defender os direitos humanos das mulheres e meninas na sua diversidade. Entendemos que as causas são estruturais, de caráter histórico, e mantidas pela cultura patriarcal, que se cruzam com elementos como o racismo e a homofobia. Portanto, são necessárias todas as ações possíveis e até impossíveis para romper com a naturalização da violência, a aceitação do machismo, do racismo e da heteronormatividade como uma regra imutável. Em especial, quando temos um quadro grave muito adverso em nível nacional, após tantos avanços em relação às políticas para as mulheres, há ameaças, sim, de retrocessos, pois tramitam no Congresso Nacional projetos que reduzem e eliminam direitos, como a PL, que elimina até a informação às vítimas de violência sexual, que proíbe a interrupção da gestação nos casos de estupro – direito garantido pelo Código Penal de 1940; o Estatuto da família, que não reconhece as uniões afetivas; a revogação do estatuto do armamento; a retirada de termo "gênero" das políticas públicas e até dentro das atribuições da Secretaria Nacional das Políticas para as Mulheres. (Palmas.)

Grave, ainda, é a baixíssima presença de mulheres na política. Um dado assustador: se juntássemos todas as eleitas desde o advento da República neste País, não encheríamos um Congresso Nacional. Nossa entidade desenvolve a capacitação de mulheres para a política e a liderança através de um projeto chamado Mulheres – Cidadãs que podem, com recursos federais.

Atuando com o Conselho dos Direitos da Mulher e do Fórum de Mulheres, aqui presentes, dos quais somos fundadoras e as primeiras a coordenar e presidir essas instâncias em nossa cidade. Em 1997, ajudamos a elaborar e fazer aprovar a legislação neste Município pertinente à violência, à mortalidade materna, aos direitos reprodutivos. Desta Casa, com nosso apoio e do movimento de mulheres, saíram a lei de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – Comdim, e Fórum; a política de enfrentamento à violência doméstica e sexual, que criou a Casa de Apoio Viva Maria; o serviço para as mulheres vítimas de violência sexual; a rede local, entre tantos outros.

Em 2000, como presidente do Comdim, coordenei o primeiro diagnóstico da rede de atendimento à mulher de Porto Alegre; esse conselho hoje se encontra sem meios para funcionamento, com uma sede precária, sem estrutura física e material.

Em 2010, tive a oportunidade de repetir esse estudo, constatando a fragmentação da rede local e a falta de uma política coordenada de ação. Estamos em ano de Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que reuniu cerca de 500 mulheres neste plenário, e identificou alguns avanços e muitas lacunas em relação às políticas para as mulheres.

Hoje, embora tenhamos o Centro de Referência da Mulher Márcia Calixto, somente entre as mulheres atendidas, não tivemos mulheres mortas. Tivemos muitas mulheres mortas entre as que não foram atendidas por esse serviço. Nenhuma casa abrigo nova foi criada, mantendo-se apenas uma Delegacia da Mulher em nossa Cidade. A Região Sul da nossa Cidade, há 20 anos, demanda por políticas, e essas não foram obtidas. A Casa da Mulher Brasileira, projeto pactuado entre a SPM, Governo do Estado e Prefeitura, não saiu do papel! E essa seria a única grande política para as mulheres... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Senhoras e senhores, eu abro mão de falar de todas as outras questões para fazer menção a um grupo muito especial de mulheres, que inclusive hoje visitam a nossa Casa, mulheres com deficiência. Há três anos, o Coletivo Feminino Plural passou a apoiar a sua organização para que pudesse elaborar uma agenda com enfoque de gênero. Hoje uma carta das mulheres com deficiência, contendo as suas demandas, as mulheres inclusivas coordenadas por Carol Santos, que está aqui presente, demandam o que está escrito na lei, a acessibilidade e a inclusão universal em todos os locais públicos, sejam governamentais ou comerciais, como postos de saúde, escolas, órgãos públicos, bares, restaurantes, cinemas, teatros, enfim, um mundo que também lhes pertence. Reivindicam o fim da humilhação no atendimento à saúde quando deixam de ter prioridade, a capacitação de agentes públicos para atender suas denúncias, e obrigatoriedade da adaptação dos espaços públicos. Queremos que Porto Alegre cumpra o prazo para adaptação desta Cidade – aliás, esse prazo está vencido – e que esta Cidade reconheça essas mulheres. (Palmas.)

Por fim, quero apenas agradecer. Agradeço, porque acredito que este aqui é um espaço nobre, privilegiado, da cidadania de Porto Alegre, que nós, mulheres, deveríamos usar muito mais. Dos vinte anos do coletivo feminino plural, agradeço pela oportunidade de

trazer aqui algumas informações, algumas notícias, algumas denúncias e pedidos de providências. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convidamos a Sra. Telia a permanecer conosco na Mesa. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e após prossegue a sua manifestação em Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadoras e Vereadores, a todos que nos assistem, quero cumprimentar aqui a Sra. Telia pela sua fala. Há tempos, venho vendo essa desigualdade enorme. Hoje vou usar o meu tempo de Liderança por uma causa justa. Quando foi criado o Dia Internacional da Mulher, a intenção não era apenas comemorar, a data foi criada para colocar em pauta todas as questões que precisam ser debatidas e para falar sobre a luta do direito das mulheres. Mesmo com todos os avanços, as mulheres ainda sofrem com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho, desvantagem na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito precisa ser modificado nessa história. A deficiência de políticas públicas para o público feminino é uma das maiores dificuldades para que as mulheres aumentem a sua participação no mercado de trabalho. E as que mais sofrem com isso são as mulheres negras. As mulheres negras não têm o reconhecimento da sua contribuição na construção da cultura deste País. A dificuldade de acesso à política pública e a falta de garantia de direito é a verdadeira motivação da necessidade de se discutir e de modificar essa quantidade de coisas. O conceito da democracia racial no Brasil se mostra, na verdade, uma grande mentira. As mulheres negras sofrem uma dupla discriminação de raça e gênero, são vítimas do racismo e do sexismo. Elas ocupam os menores postos de trabalho e recebem os menores rendimentos, sofrem com as relações informais com a falta de carteira de trabalho. As ações do governo para acabar com isso, em forma de política pública, são tímidas perto do que deve ser feito. É importante a articulação da mulher negra para reparar alguns dos efeitos da desigualdade social de raça e de gênero que dificultam que elas exerçam plenamente os seus direitos. Eu lembro, no primeiro ano como Vereador nesta Casa, que falava aqui da nossa raiz negra, da nossa valorização na cultura e na construção deste País, mas não tivemos a

pág. 5

igualdade. Eu lembro sempre, desde o nascimento deste País, da chegada dos negros no Brasil. Nós ajudamos a construir este País e fomos deixados de lado. A educação nos foi negada, o direito à segurança nos foi negado, o direito à saúde também nos foi negado. Só de nos negarem a educação, estão nos negando tudo. Essa é a tristeza que eu trago no peito, quando eu dizia que os grilhões dos nossos pés foram retirados, mas não foram retirados dos nossos corações. Nós ainda continuamos na luta para mostrar e conquistar aquilo que é nosso de direito.

Eu quero aproveitar aqui a oportunidade para convidar todas as mulheres para o evento que o meu partido, o PSD Mulher, está promovendo a respeito da saúde da mulher. O evento ocorrerá nesta terça-feira, a partir das 19h, no Plenário Ana Terra, aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre.

Quando eu falo das mulheres negras, a primeira pessoa que me vem ao coração é a minha mãe, porque eu andei muito e muito com ela, e eu vi – ninguém me contou – o sofrimento dessa negra para que os seus nove filhos, lá na frente, se formassem grandes cidadãos. Por isso, sempre digo para ela, ao deitar, que eu continuo no caminho, nos braços dela, por tudo o que ela me ensinou, por tudo aquilo que ela me mostrou.

Que Oxalá nos ajude e nos dê forças para que a gente possa continuar esta luta para buscar os nossos direitos verdadeiros neste País. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, prezada Telia Negrão, é com muita alegria que nós a recebemos e iniciamos a semana com a contundência retratada nas tuas palavras, no conteúdo delas e na forma, tu que foste a primeira Presidente do Conselho Municipal da Mulher, representando o Coletivo Feminino Plural.

Quero cumprimentar a Vera Deise, que é a Presidente atual do Conselho, Vereador-Presidente, que acompanha esta Tribuna Popular. Falo também, tenho certeza, em nome da Ariane e da Pérola Sampaio, nossas duas Vereadoras Suplentes da bancada do Partido dos Trabalhadores, militantes feministas, que nós, neste início da semana,

queremos fortalecer através da homenagem, da presença e do recado. E não teria melhor forma do que falar na tribuna, tomar a autoria e repor tantos temas, requerimentos, pautas e lutas deste Coletivo, a melhor forma de homenageá-las do que este espaço. E é chamando a atenção para a produção de reflexão sobre a luta, pela capacitação de tantas mulheres, pela manutenção viva da pauta da luta feminista, que quero homenageá-las, somar à homenagem.

Quero dizer, Presidente, que estamos aqui com o Coletivo Feminino Plural, que é Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2010, pela Rede Feminista de Saúde; que é detentora do Prêmio Unesco e RBS de Direitos Humanos no Rio Grande do Sul e Prêmio de Atuação em Saúde da Mulher no Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre.

Quero chamar a atenção que o grande acervo qualificado e provavelmente único em muitos elementos homenageia Enid Backes, nossa lutadora, por iniciativa do Coletivo Feminino Plural.

Em nome da minha bancada, quero dizer que devemos muito à sociedade civil, porque a primeira luta, a primeira organização de mulheres não nasceu certamente de governos, de governantes condescendentes, mas das mulheres organizando as suas lutas para empoderar, para libertar meninas e mulheres.

Termino dizendo que, enquanto uma mulher for oprimida, nenhum homem será feliz. Quando as mulheres avançam, avançam junto os homens e a humanidade, e não existe democracia real se não superarmos o sexismo, a discriminação e a opressão da mulher. Viva a luta das mulheres! Viva o Coletivo Feminino Plural! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Telia Negrão, Coordenadora-Geral do Coletivo Feminino Plural; falo em nome da bancada do PP, dos Vereadores João Carlos Nedel, Kevin Krieger e Guilherme Socias Villela.

Eu quero aqui congratular e registrar a importância deste movimento no que diz respeito à valorização da mulher. A luta é justa. Nós sabemos que a caminhada é muito difícil, é muito dura, injusta. Por vezes, muitas mulheres desistem, não têm condições emocionais

para prosseguir. A jornada é tripla. Mas eu queria fazer um registro de satisfação neste momento no que diz respeito à minha área, que é a política. O Partido Progressista de Porto Alegre, sob o comando do Kevin Krieger na presidência, deu um grande passo nestes últimos anos, valorizando as mulheres. Nós temos duas secretárias, que são a Elizete Moretto e a Fernanda Bermudez, e esta que vos fala foi Líder da bancada pela primeira vez pelo Partido Progressista por dois anos consecutivos, então estamos avançando também, e isso é motivo de muito orgulho e ânimo, visto que, na política, essa participação ainda é acanhada e nós sabemos que as mulheres têm capacitação, têm preparo e oxalá isso aconteça cada vez mais. Parabéns, estamos juntas! (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Cumprimento o Sr. Presidente, a Sra. Telia Negrão, em nome do Ver. Idenir Cecchim, nosso Líder de Bancada; Ver. Dr. Raul e Ver. Mendes Ribeiro. A nossa mensagem é de cumprimentos, de parabéns ao Coletivo Feminino Plural de Porto Alegre nas suas lutas de 20 anos. E só permanece, só entra num ativismo desses quem faz um trabalho muito consistente e de apoios para poder se manter. Esse combate à violência e discriminação das mulheres não se acaba aqui. É uma luta continuada, porque onde há maus-tratos tem os indivíduos, tem o ser humano e sabemos que é uma luta incessante. Também entendo que nós estamos no caminho certo de conquista de espaços na política, no trabalho, na família, mas ainda isso é um grande desafio para vocês que estão à frente de uma entidade que faz esse trabalho. Para reduzir essas estatísticas, embora com a Lei Maria da Penha, ainda temos índices significativos e, devido a essa confiança, mais registros aparecem, e hoje 7,6% do ano ainda é relativo a homicídios de mulheres. E com a vigência da lei, entre 2006 e 2013, observamos essa taxa de crescimento que, num universo de 100 mil pessoas, 2,6% são atingidas. E, no mapa da violência, que se tem lido também, igualmente, o homicídio contra mulheres continua sendo significativo. Portanto temos que apoiar esse enfrentamento da violência, mesmo atuando em outras áreas e cumprimentar vocês e desejar uma sociedade mais justa. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, em primeiro lugar, ao cumprimentá-lo, quero fazer um cumprimento muito especial à Telia Negrão. Com a Telia Negrão eu tenho tido a honra de, há muitos anos, conviver, num processo da luta feminista e das lutas históricas por democracia. É um prazer ter a Telia aqui, e através de ti, cumprimento todas as companheiras que estão aqui no plenário, que são militantes da luta feminista, da luta por democracia, da luta por soberania. Quero reforçar duas coisas que tu disseste, primeiro, e com a presença da Ariane Leitão, nossa ex-Secretária da Mulher do Governo Tarso, que teve um papel importantíssimo no processo de garantias de políticas públicas com essa visão republicana de União, Estados e Municípios, que, aliás, trouxeste muito bem aqui, no sentido de que perguntar e reforçar o que tu colocaste: cadê a Casa da Mulher Brasileira, institucionalizada, deixada tudo pronto, e que as mulheres que ajudaram a construir não sabem que fim levou esta política pública. Por fim, quero te cumprimentar pela tua grandiosidade, porque tu falas em nosso nome, Telia Negrão, em nome das mulheres brasileiras, pela tua combatividade em estar aqui neste momento defendendo a democracia brasileira, porque nós, mulheres, sabemos que as primeiras, num golpe de Estado, a ir para as masmorras, para os porões e para as fogueiras, somos nós, e, sem democracia, não tem direitos a mais, só direitos a menos. Sem democracia não tem mulher no Poder Político, pelo menos as mulheres do povo lá não estarão. Então, Telia, este é um momento importante da nossa semana, e a presença do Coletivo Feminino Plural e a presença desse processo todo reforça a luta de todas nós que queremos uma Nação democrática, livre, soberana. E que se respeite cada vez mais as suas mulheres, estejam onde estiverem, nos cargos em que estiverem, porque não os conquistaram por benesses, mas sim pela luta popular e pela luta política.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero, em nome do PSOL, cumprimentar a Telia, cumprimentar nossa Presidente do Comdim, a Vera Deise, que está aqui, e as conselheiras, as integrantes do Coletivo Feminino Plural, mulheres feministas que nos acompanham na tarde de hoje e que fizeram uma intervenção bastante forte e bastante importante. Bastante forte em tempos de retrocesso no que diz respeito ao PL nº 5.069, que tu muito bem abordaste, em tempos de perda de um equipamento novo que Porto Alegre precisa, a Casa da Mulher Brasileira, nós temos apenas um abrigo, infelizmente, numa Cidade de 1,4 milhão de pessoas, uma rede bastante centralizada e uma rede que vem sendo sucateada. O Governo Sartori tem sucateado o Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado para as mulheres vítimas de violência, e nós sabemos da importância de lutar para que essas políticas públicas sejam implementadas e a denúncia permanente dos Governos que não priorizam as vidas das mulheres, os cortes brutais de Orçamento que fazem com que nós ainda tenhamos dados estarrecedores. A cada uma hora e meia, uma de nós é espancada no Brasil; nós temos dados estarrecedores no que diz respeito a estupro, foram 47 mil casos no ano passado no Brasil, de violência contra as mulheres; de desigualdade salarial; quando a gente pega os dados das mulheres negras, a gente vê ainda mais o abismo de gênero e racial.

Então, eu quero cumprimentá-las e dizer que contem conosco do PSOL, comigo e com o Ver. Prof. Alex Fraga nesta luta, mas, sobretudo, com as nossas militantes feministas, porque, se tem uma coisa que eu tenho orgulho é de poder estar vivendo na história do tempo presente uma nova primavera feminista. Nós que olhamos o filme As Sufragistas e choramos ao ver as mulheres lutando pelo direito ao voto, nós que vemos 1968 e as mulheres queimando sutiã e conquistando o direito sexual e a luta por poderem se vestir, casar com quem quisessem, nós ainda temos muito que conquistar. Mas que coisa boa que, como nós, milhares de mulheres que estão se empoderando e lutando pelos seus direitos. Então, que amanhã, o nosso Dia Internacional... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...da Mulher seja mais um dia de luta para que a gente avance de fato numa sociedade igualitária, numa sociedade feminista, numa sociedade em que a gente consiga derrotar o machismo e o patriarcado. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde, Teli, falo aqui em nome da oposição, quero agradecer a Ver.^a Jussara Cony aqui, ao PSOL também, que nós cede a possibilidade de fazer a saudação. Parabéns por todo trabalho do Coletivo Feminino Plural, também às companheiras que estão aqui, que já foram citadas. Eu fiz questão de falar, porque eu acho importante e simbólico que um homem fale também, porque eu sei que é uma frase já chavão, a gente a escuta várias vezes, mas a causa das mulheres não é uma causa das mulheres, é uma causa da democracia. Então, quer-se que os homens estejam juntos, os democratas; entendam que essa é a causa. Nós não estamos aqui pensando numa luta das mulheres, aquela segmentação que se faz como se os movimentos sociais reivindicassem seus próprios direitos e não direitos centrais numa democracia, como deveria ser. Então, faço aqui o reconhecimento, talvez, falando em nome dos homens, se é possível isso, que os homens se juntem a essa luta e entendam que é uma causa de todos. Uma democracia com a participação efetiva das mulheres, ela é muito mais rica. É um outro olhar, uma outra sensibilidade. Então, acho que tem tudo a ganhar, não é uma competição, é uma complementação em que ganham todos os lados. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Marcelo. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h55min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (14h57min) Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento): Sr. Presidente, tendo em vista da ausência do Ver. Cláudio Janta, solicito a transferência do período de Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão.

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, eu quero trazer uma informação a esta Mesa e à Presidência: até então, nós tínhamos um acordo, nesta Casa, para tentarmos realizar os períodos de Grande Expediente, porque, se não, a fila não anda. Como o Ver. Delegado Cleiton fez aqui a sua justificativa, atenderemos ao seu pedido; mas talvez nós pudéssemos retomar aquela sistemática para realizarmos os períodos de Grande Expediente – aceitando, é óbvio, o pedido do Ver. Delegado Cleiton para transferir para a próxima Sessão –, como são dois por semana, até para dar a oportunidade dos 15 minutos para todos. Como se diz na política, a fila tem que andar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Comassetto. Na verdade, temos quatro períodos de Grande Expediente por semana, e o plenário é soberano em suas deliberações. Mesmo havendo acordo de Mesa ou de Líderes, o plenário é sempre soberano.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar as nossas mulheres aguerridas da Rede Catapoa, lutadoras do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis que estão aqui conosco, entregando, junto comigo, o nosso projeto, que vai ser votado quarta-feira, Ver. Dr. Raul, tratando da proibição da incineração dos resíduos sólidos como tecnologia a ser adotada no Município de Porto Alegre por três razões muito simples. Primeiro, pelos danos que causam à saúde humana essas tecnologias, que foram proibidas pela União Europeia até 2020, em função das pesquisas que conseguem comprovar a incidência do aumento de câncer a partir da poluição gerada por esses gases oriundos da incineração. Segundo, pela questão do meio ambiente, porque é uma tecnologia mais cara e que traz problemas ao meio ambiente porque fica subterrâneo até muitos metros danificando a terra e trazendo problemas ambientais. Terceiro, extremamente preocupante, é a questão da geração de emprego e renda. Esse tipo de tecnologia ataca diretamente o trabalho dos recicladores e catadores pelos quais nós lutamos para que sejam mais valorizados no Município de Porto Alegre. Esse projeto de minha autoria e do Ver. Marcelo Sgarbossa está priorizado

para quarta-feira. Queremos contar com a aprovação unânime da Câmara de Vereadores para garantir com que Porto Alegre faça como Maringá, São Leopoldo, Viamão e não aceite ser usada para interesses de multinacionais expulsas da União Europeia diante dos riscos à saúde humana.

Também quero utilizar este tempo de liderança, aproveitando que debatemos a questão das mulheres, para trazer o tema sobre nosso projeto, o segundo da tarde de hoje, sobre a necessidade de cotas para as mulheres taxistas. Gostaria de pedir a tenção dos Vereadores e Vereadoras, mulheres, em relação a essa matéria veiculada em um jornal da TV Record sobre agressões sexuais sofridas pelas mulheres dentro de táxis.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: E assim, entra no debate do nosso projeto. Infelizmente, esses três casos não foram um raio num céu azul, são dezenas de casos de mulheres intimidadas, ameaçadas, vítimas de assédio, muitas vezes vítimas de estupro consumados. Nós sabemos que é uma minoria dos profissionais, porque eu, inclusive, sou usuária de táxi. Mas é fundamental que as mulheres tenham o direito de escolha. E é por isso que numa categoria de 10 mil nós temos, lamentavelmente, apenas 40 mulheres. Por isso nós apresentamos um projeto reservando 20% de vagas para mulheres taxistas, para que a gente tenha o direito de escolha ao voltar de uma festa, ou do trabalho, para que possamos escolher ser conduzida por uma mulher.

Então, nesta semana do oito de março, pelo direito de escolha das mulheres, nós esperamos aprovar por unanimidade o meu projeto e do Ver. Prof. Alex Fraga.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esse projeto que a Ver.^a Melchionna anunciou, agora da tribuna, é muito interessante. Creio que a intenção teórica é válida, resta saber se na prática a violência contra as mulheres não vai acabar em violência contra as motoristas de táxi. Mas enfim, é uma discussão

válida, mas, prioristicamente, eu quero dizer que é 30% parece, se não me engano, 20%, tem que ver se o número é ajustado à nossa realidade. Eu só queria lamentar que a Vereadora, hoje, apresenta a questão dos taxistas, e no dia em que os taxistas estavam ali, a Vereadora quis agradar aos taxistas, não disse nada, e ficou por isso mesmo. E depois houve até uma indicação minha, que eu quero que vote, contra a violência àquele motorista do Uber que foi desconjuntado por pessoas que se metem nos táxis e que têm uma alentada folha de crimes na Polícia e conseguem, não sei como, dirigir táxi, que é um serviço público e que lida com o público, principalmente com mulheres frágeis que acabam violentadas, como a Vereadora apresentou aqui, é estarrecedor que isso aconteça. Amanhã é o Dia Internacional da Mulher, acho que, além do elogio, do nosso carinho, do nosso reconhecimento às conquistas das mulheres, Lei Maria da Penha, e tudo isso, propostas desse teor valorizam a mulher também. Quero dizer que não estou tomando posição porque não li o projeto, mas acho interessante que se ponha, Vereadora, exatamente um tipo de homenagem, porque homenagem só aqui no blá-blá-blá não adianta, tem que ser homenagens concretas, como foi a Lei Maria da Penha que devolveu à mulher a dignidade, e foi preciso que essa senhora chamada Maria da Penha tenha, para o resto da vida, que andar de cadeira de rodas por causa de um bandido que a maltratou.

Quero saudar a Telia, aproveitar a tua presença, querida amiga de muito tempo, a tua manifestação da tribuna tem todo o apoio do PDT, tem toda a nossa força, reconhecemos e sabemos da tua luta muito antiga junto a diversas frentes de trabalho em prol das mulheres. Portanto, tem muita legitimidade para vir aqui na Câmara e apresentar, e nós ficamos gratos com a tua presença e principalmente solidários – no caso o nosso PDT, estou falando em Comunicação de Líder –, a nossa bancada, assim como as outras bancadas, a tua manifestação. Paralelamente, amanhã, às homenagens que todos vamos fazer e estamos fazendo às mulheres, que medidas concretas também sejam propostas como o pessoal apresentou. É necessário isso porque senão ficamos somente no discurso, e a violência continua na mulher, na criança, no velho e assim por diante. Então, nós temos que acompanhar a trajetória das conquistas já obtidas há muito pelas mulheres. Lembro-me de quando advogava, antes de ser Vereador, e a primeira grande conquista foi, em 1962, quando uma lei tirou do Código Civil, de 1916, o estado da mulher, que era considerada praticamente um semovente, era considerada assim como

um nada, um zero à esquerda. Ou seja, sem direitos nenhum, aí veio a Lei da Mulher Casada, em 1962, e ali foi a primeira grande conquista realmente, porque o Código Civil era a lei brasileira desde 1916; e ainda é, mas foi derogado o *status* da mulher, que era considerada um semovente, como se fosse um animal. Aos poucos, ao longo do tempo, garantias e conquistas vêm sendo obtidas para as mulheres.

Amanhã, dia 8 de março... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Concluo, Sr. Presidente. Amanhã, 8 de março, é Dia Internacional da Mulher. A Ver.^a Sofia tem razão: ao lado delas nós estamos, aqueles empenhados em companheirismo, em amor, mas, principalmente, para que elas tenham os mesmos direitos, as mesmas conquistas dos homens, quer seja no salário, quer seja na dignidade. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Cassio Trogildo, nosso Presidente; demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste pelo canal 16, público das galerias; pela primeira vez, Ver. João Bosco Vaz, subo a esta tribuna como Líder da Rede Sustentabilidade. Em primeiro lugar, quero agradecer o Partido dos Trabalhadores, do qual fiz parte por 16 anos, em que me elegi Vereador. Agora, sigo um novo caminho na Rede Sustentabilidade.

Quero falar um pouco do congresso da Rede Sustentabilidade, que ocorreu nesses últimos quatro dias na cidade de Brasília, em que tivemos a oportunidade de participar e conhecer mais a fundo a Rede, junto com a nossa ex-Senadora Marina Silva, com o Senador Randolfe e com a Vereadora – ex-Senadora – Heloísa Helena. Tivemos a oportunidade de passar esses últimos quatro dias discutindo o que a Rede pensa, como pensa, como vai agir e construir. Como Marina Silva falou no nosso congresso, não é um novo partido, e sim um partido novo, pensando diferente, buscando fazer uma nova política e tentando encontrar soluções para o nosso País, junto com os demais partidos. Nós sabemos que temos vários problemas, Ver.^a Jussara Cony, estamos atravessando um momento difícil na política nacional, e que não será uma personalidade, uma liderança

ou um político que vai conseguir resolver o problema. Nós todos temos que buscar essa solução, juntos, Ver.^a Fernanda, discutindo saídas para essa crise econômica e política pela qual o País está passando. No início do nosso congresso, na quinta-feira, tivemos um episódio bastante marcante do Senador Delcídio do Amaral, fazendo denúncias fortes contra o Governo; na sexta-feira, também durante o congresso, houve a 24ª fase da operação Lava Jato, com a prisão coercitiva do ex-Presidente Lula. Mas durante a nossa convenção, procuramos não nos deter nesses fatos bombásticos, mas, sim, na construção do nosso Partido, discutindo como buscar soluções para daqui para frente. Tivemos a participação de mais de 600 pessoas nesse congresso, o primeiro congresso oficial da Rede Sustentabilidade, discutindo ações para o nosso País, Ver. Delegado Cleiton, com a participação de vários Estados, de várias cidades. Nesse congresso discutimos e modificamos critérios do nosso Estatuto, e também tiramos o nosso elo nacional, que é a Direção Nacional do Partido Rede Sustentabilidade. Fico muito lisonjeado de participar da Rede Sustentabilidade, mesmo tendo entrado há pouco tempo no Partido, de ter sido convidado a participar junto com o Deputado João Derly e a Deputada Regina Becker, da Direção Nacional da Rede Sustentabilidade, para discutirmos as políticas para o nosso País. Temos buscado uma maneira nova dentro da Rede que me agradou muito, que me seduziu, que é a busca da sustentabilidade do nosso País, discutindo uma economia sustentável, buscando a questão da ecologia, do meio ambiente. Também discutimos lá, Ver.^a Lourdes, o elo nacional que haverá na Rede Sustentabilidade sobre os direitos dos animais. É uma proposta nova da nossa Marina Silva, que está trabalhando para buscar soluções para o nosso País. Também foi tirada uma nota sobre os acontecimentos do nosso País, onde a Rede acredita que a Justiça deva tomar as decisões, prosseguindo nas investigações necessárias, e que não vai se colocar de nenhum lado, esperando as decisões judiciais que estão ocorrendo no Tribunal Superior Eleitoral. Então, essa foi a nossa participação durante esses quatro dias, bastante proveitosa, e me senti muito lisonjeado em representar o nosso Estado, no elo nacional. Muito obrigado a todos, estamos à disposição para discutir a política junto com todos vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registramos a presença do nosso sempre Vereador e ex-Prefeito de Porto Alegre, querido amigo João Antonio Dib. Seja bem-vindo. A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu venho a esta tribuna em nome do meu partido, o Partido Comunista do Brasil, e vou me valer de afirmações de cientistas políticos e jurídicos para dizer um pouco da nossa visão a respeito do momento em que estamos vivendo. Ao longo da história desta Nação, do povo brasileiro, vemos que somos um povo lutador por direitos, por liberdades democráticas, que não admite opressões, mentiras, jugo, abuso de poder, venha de onde vier. A pesquisa do Instituto Vox Populi é muito clara: o povo brasileiro quer o combate à corrupção, sim, a toda a corrupção. Mas o povo brasileiro é contra golpes. E, sexta-feira, o povo brasileiro, uma grande parcela, foi às ruas. Wanderley Guilherme dos Santos, que é um cientista político, diz que é hora de dar um basta: “A investigação Lava Jato está à beira de implodir em razão do delírio ideológico dos promotores e do Juiz por ela responsáveis. Na realidade, o planejamento de intervenções midiáticas espetaculares, de acordo com temperatura política, o crescente atrevimento perante as leis e a Constituição é o resultado da complacência de autoridades superiores que entendem que estão acima da lei e tudo podem. Desde uma difamação orquestrada e midiática, até o comportamento de inquisição.”

Geraldo Prado, professor de Direito Processual Penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, assim afirma: “Lacerdismo jurídico ou Moro acima da lei. A Constituição da República está sendo sistematicamente violada no âmbito da Operação Lava Jato. Os tribunais, ao tolerarem as violações, fragilizam as bases constitucionais da nossa democracia.”

Dois Ministros da Justiça de Fernando Henrique Cardoso veem exagero numa ação da Polícia Federal contra o ex-Presidente Lula. Um deles é José Gregori, que foi Ministro da Justiça e Secretário de Direitos Humanos, que considerou a condução coercitiva um exagero. Segundo ele, o correto é aplicar essa medida apenas se a pessoa estiver previamente se recusado a atender uma convocação para depor, o que não ocorreu no caso de Lula. É José Gregori quem diz isso, não eu.

Já Wálter Maierovitch, ex-Secretário Nacional Antidrogas do Governo FHC, viu desvio de legalidade na decisão de Moro, diz: “Acho que buscas e apreensões são atividades normais em investigação. Agora, o que eu estranho, como jurista, é a condução coercitiva do Lula. É algo surpreendente e preocupante.” Nós concordamos: surpreendente e preocupante.

Marco Aurélio Mello, Ministro do Supremo Tribunal Federal diz, com muita razão: “Não se avança atropelando regras.” Procuradores defendem ação e criticam politização. E finaliza dizendo: “Nós, magistrados, não somos legisladores, não somos justiceiros.” Não se avança atropelando as regras básicas.

Bandeira de Mello, um dos mais respeitados juristas e o medo das classes dominantes, assim afirma: “A condução coercitiva do ex-Presidente Lula para depor foi um abuso do ponto de vista jurídico, um disparate, ato político, e só se faz isso quando se tem medo.” E ele mesmo diz: “Medo de quê? Que Lula seja eleito em 2018 para dar continuidade ao ciclo de desenvolvimento por justiça social.”

Várias outras agremiações partidárias na história deste País, porque essa é uma condução seletiva – é disso que se trata –, já enfrentaram o processo de ter em seus quadros pessoas respondendo inclusive por corrupção. E nenhuma ação como essa foi efetuada no seio de outras agremiações. E nós, do Partido Comunista do Brasil, não gostaríamos que isso tivesse sido feito, porque não é assim na democracia, não é assim, desrespeitando a Constituição. Uma ação seletiva como essa, contra um governo, contra um partido, que é o PT, ela gera pronunciamento que, inclusive, incita à violência. E aqui eu quero me dirigir à bancada do PMDB, aos companheiros do PMDB, aos Vereadores do PMDB, eu tenho certeza que não é o PMDB que pensa assim, eu tenho certeza, pela sua história de lutas democráticas, mas o pronunciamento que incita à violência como o de Daniel Kieling, Secretário-Adjunto do PMDB e Vice-Presidente do Conselho Estadual da Juventude do Rio Grande do Sul (Lê.): “A vagabundagem do PT merece tomar tiro! Porrada! Cacete! Fora Dilma, e Lula na cadeia!” – esse é o Vice-Presidente do Conselho da Juventude do Rio Grande do Sul. “Cadeia e bala na cara para todo o MST e para o PT. O Brasil não pode ficar nas mãos dos comunistas!”.

Eu quero dizer a esse jovem que os comunistas lutaram arduamente durante os 94 anos de vida do nosso Partido, nas ruas, nos cárceres, nas prisões, lutaram arduamente e continuarão lutando pela democracia. O Brasil está nas mãos dos brasileiros, e uma

parcela significativa e lutadora desses brasileiros são os comunistas. Eu sou do Partido Comunista do Brasil e quero dizer que o Brasil, na mão dos comunistas, naturalmente seria feita uma aliança ampla com a nação brasileira para construir, evitar qualquer tipo de golpe e preservar a democracia. Foi isso que nós sempre fizemos, porque nós sabemos que os primeiros a irem para os cárceres são os comunistas, mas nós sabemos também que não sairemos das ruas para garantir a democracia dessa grande nação brasileira.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente, Vereadores, Vereadoras, em especial, o Ver. Dib, que nos honra com sua presença hoje; eu quero pedir licença a todos para ler o editorial da página política de Rosane de Oliveira (Lê.): “Se é ruim para Lula para os outros também deveria ser. Nas 23 fases anteriores da Lava Jato e em outras operações da Polícia Federal, nunca se questionou o instrumento da condução coercitiva. Bastou o ex-presidente Lula ser alvo de um mandado de condução coercitiva, junto com outros de busca e apreensão em endereços ligados a ele, para seus aliados tentarem desqualificar a decisão do juiz Sérgio Moro usando definições estapafúrdias como “sequestro”, “regime de exceção”, “golpe”, “abuso de poder”, “desrespeito” e assim por diante. A condução coercitiva pode ser considerada parente da prisão temporária, embora a maioria dos conduzidos volte para casa após o depoimento, como Lula voltou. Se é para questioná-la, que seja de forma ampla, geral e irrestrita. Por que se considera abusiva a condução de Lula em uma viatura (discreta) da Polícia Federal e não a de uma humilde secretária de empreiteira, em carro com logotipo? Por acaso, os executivos e as secretárias de empreiteiras estão imunes ao constrangimento da exposição por serem levados a deporem um inquérito policial? Por que só Lula não pode ser incomodado com uma batida da Polícia Federal às 6h da manhã? Nas 24 fases da Operação Lava-Jato foram expedidos 117 mandados de condução coercitiva. Alguém lembra de protestos nos outros 116? Lula diz que não precisava do mandado. Bastava ter sido convidado e iria depor, como já fora em outras ocasiões. A história registra que essa é uma meia verdade. Lula

pág. 19

foi, sim, depor algumas vezes, nem sempre com a presteza que apregoa. Em setembro de 2014, a polícia tentou ouvi-lo sobre possível repasse de R\$ 7 milhões da Portugal Telecom ao PT, de acordo com informações de Marcos Valério, empresário condenado pelo STF como operador do mensalão. Lula só falou três meses depois. Agora mesmo, entrou na Justiça com um pedido de *habeas corpus* para não depor em um inquérito do Ministério Público de São Paulo sobre o apartamento triplex do Guarujá, e recorreu ao Supremo Tribunal Federal para não ser investigado pelo Ministério Público Federal. A ministra Rosa Weber rejeitou o pedido. A ideia de ouvir o ex-Presidente no Aeroporto de Congonhas foi um equívoco, deu margem para especulações de que o passo seguinte seria levá-lo preso para Curitiba. O despacho do Sergio Moro era claro: Lula deveria ser levado para depor, mas os policiais não poderiam filmar, nem usar algemas. Moro também rejeitou o pedido do Ministério Público Federal para que dona Marisa Letícia também fosse levada para depor. Acusado de arbitrariedade, Moro teve de divulgar uma nota para dizer o óbvio: investigar Lula não significa dizer que ele é culpado. Ao contrário do que imaginam os seus seguidores, o ex-Presidente não é intocável, se contra ele pesam fortes indícios de relações promíscuas que as empreiteiras que saquearam a Petrobras, o mínimo que os investigadores precisam fazer é quebrar sigilos, cruzar dados e ouvir o que Lula e as pessoas próximas a ele têm a dizer. Não está claro, por exemplo, por que o Instituto Lula repassou mais de R\$ 1 milhão para empresas dos filhos do ex-Presidente.”

Ora, senhores, por que continuam alguns da elite, da política, achando-se acima de Deus?! Não podem ter a mesma condução de qualquer mortal, de uma secretária, de um motorista? Francamente! Oh, Brasil, muda! PT, está na hora de parar com essa história de tantas vezes as mesmas mentiras ditas, que querem que pareçam verdade. Isso já é tão velho, mas tão conhecido...Eu peço aos senhores que façam uma profunda reflexão, esse editorial da jornalista Rosane de Oliveira, do jornal Zero Hora de hoje, com fundamento em dados, diz tudo, não precisa dizer mais nada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, venho aqui em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores para fazer o contraditório, principalmente com a colega Mônica Leal que me antecedeu, e para dizer que em 1964 muitos subiram a esta tribuna para defender o golpe, assim como a senhora veio a esta tribuna fazer a defesa da intransigência e da quebra das regras constitucionais deste País. É esse o debate que nós estamos fazendo. Na sexta-feira houve uma avalanche do povo brasileiro indo às ruas por causa do ex-Presidente Lula, que é uma referência nacional. O meu Partido fechou fileiras junto com o PCdoB, junto com centrais sindicais, e nós evocamos, muitas vezes, lideranças políticas que, aqui no Rio Grande do Sul, fizeram história, como Leonel Brizola. Num momento como este há golpistas que querem rasgar a Constituição e vêm justificar o injustificável. E aí não são palavras minhas, são palavras de um magistrado, como as do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, que diz que a condução coercitiva do ex-Presidente Lula, determinada pelo juiz Moro, na última sexta-feira, provocou não apenas indignação entre apoiadores, mas também reação à magistratura brasileira. O juiz Marco Aurélio Mello diz que a observação dos parâmetros normais... E o nosso Código Penal, no art. 260, é muito claro quando diz que a ação tem que ser coercitiva após a negação do convite para ir depor. A ação midiática, apoiada pelos golpistas, apoiada pela grande mídia e seu monopólio, prega o golpe neste País. E nós não podemos aceitar isso aqui nesta tribuna, nem na imprensa, nem nas ruas. O Lula não está acima da lei, mas também não está abaixo dela. A lei tem que valer para todos. A lei tem que valer para mim e para a senhora, Ver.^a Mônica Leal. A senhora não pode vir aqui a esta tribuna e rasgar a Constituição Brasileira. A Constituição tem que ser defendida em todos os momentos, por todos os democratas deste País. E eu venho aqui, com muita tranquilidade, para dizer que esta não é uma causa partidária; esta não é uma causa de petistas; esta não é uma causa dos partidos que se colocam no campo progressista; é de todos aqueles que cochicham nos cantos defendendo o golpe. É isso que precisamos enfrentar: a onda do fascismo que avança. Precisamos enfrentar a onda da condução das crises para poder, cada vez mais, manter o ganho que a população teve nesses últimos 12 anos, porque tem uma elite que não aceita, e aqui eu quero lhe dizer que, neste Dia Internacional da Mulher, que é amanhã, o que o Lula disse sexta-feira: deviam, no mínimo, ter um pouco de respeito com a Dona Marisa, porque aqueles que bateram lá – a Dona Marisa já era empregada doméstica com onze anos de

idade –, invadiram a sua casa, reviraram os seus guarda-roupas, constituíram uma postura de desrespeito. Eu não quero, Ver.^a Mônica, que a sua casa seja invadida. A sua não o é, porque a sua é protegida por esses que pregam o golpe. É isso que está em debate neste momento. Nós queremos a Constituição sendo aplicada para todos os brasileiros e para todas as brasileiras.

Não dá, num momento como este, para dizermos que há aqueles que são os bonzinhos, que são os corretos e aqueles que são os incorretos. Se há alguém que está combatendo a corrupção neste País, foi e é a gestão do Partido dos Trabalhadores. E todos têm que ser punidos quando houver corrupção, Ver. João Antonio Dib, que aqui nos ouve. É isso que precisamos dizer, porque a corrupção já é endêmica neste País, e esta corrupção endêmica tem que ser erradicada, e ela tem que ser erradicada à luz da Constituição. Não podemos ter um golpe.

Eu convido todos os democratas: domingo próximo, no dia 13, todas as cidades brasileiras serão tomadas na defesa da justiça, na defesa da Constituição contra o golpe e contra os golpistas. E aqui em Porto Alegre os coxinhas não passarão! Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero dizer para o Ver. Comassetto que, pelo conceito de coxinha que esse PT rançoso tem, eu sou coxinha e não tenho medo desse tipo de ameaça. Vou estar na rua, vou estar gritando pela liberdade e não vou admitir que esses pelegos vermelhos façam ameaças, aqui ou em qualquer lugar. Pelegada dos sindicatos pagos com mortadela não vão impedir que pessoas do bem passem pelas ruas e gritem contra esses ladrões da Pátria. Ladrões da Pátria já julgados pelo Superior Tribunal Federal! São ladrões do Brasil! Querem roubar também a consciência dos brasileiros. Isso eles não vão conseguir. Consciência, não! Chega de ameaças! Quem pensa que são o Seu Lula ou quem quer que sejam?

Eu escutei o discurso do Lula de olhos fechados e imaginei: quem está falando? É o Fernandinho Beira-Mar? É o Marcola? Ou será o Seco? Estes bandidos, todos eles, têm a mesma defesa. A mesma defesa! São todos inocentes. Estou citando os maiores bandidos do Brasil. E a defesa é a mesma que eu ouvi na sexta-feira de tarde. É a mesma!

E agora vem o Ver. Comassetto ameaçar os pseudocoxinhas!

Eles não têm capacidade de movimentar mais do que meia dúzia de pelegos de sindicatos, empregados do governo ou empregados dos sindicatos ou de entidades criadas para dar apoio a esse governo, um governo que não liquidou só com a Petrobras; liquidou com os fundos dos Correios, com os fundos do Banco do Brasil, com os fundos da Caixa Federal. Liquidaram com o Brasil. E essas elites de que eles falam estão do lado e no colo do Lula. Os grandes empresários que estão presos o estão pelos crimes que cometeram junto com o Lula e com a sua trupe. Então, não me venham. O Cunha de vocês estava no colo do PT até poucos dias. É verdade, eu pedi a saída do Cunha daqui. Eu pedi. Ladrão é ladrão em qualquer lugar, em qualquer partido. Quem é que fez essa rouboeira comandados pelo Sr. Lula? Todos eles, sejam do PMDB, do PP, de qualquer partido, mas eu acho que todos, todos eles vão para "PQP". Todos devem ir, esse é o Partido deles: PQP Brasileiro! Não é possível ficarmos ouvindo isso, querer transformar o chefe da gangue em herói nacional. Não é herói! Não porque ele fez no governo alguma coisa certa, e fez, mas é pelas coisas erradas que ele não tem direito de fazer. Não tem direito de botar brasileiros contra brasileiros, e ele faz isso todos os dias, no desespero, ameaçando com o MST! E o bom é que tem ainda seguidores deles. Vocês têm todo o direito, mas defender ladrão é muito difícil! Defender ladrão é muito difícil em qualquer lugar, até para juiz criminalista no Fórum, onde tiver um julgamento. Nós não vamos temer ameaças! Não! Nós vamos estar na rua! Quem convocou essa saída para as ruas foram as pessoas de bem deste Brasil e infelizmente vamos ser contaminados por bandidos nas ruas. Mas nós não tememos, porque a verdade é soberana. A verdade vence sempre, mesmo que seja meia dúzia de pelego defensor dos bandidos. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Cassio, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este tempo é o tempo da oposição, então eu apenas e tão somente, Ver.^a Fernanda e Ver. Alex, cobro aqui do Ver. Cecchim que assuma plenamente as responsabilidades de ser o PMBD Vice-Presidente da República, e assuma que nas hostes do PMDB estão muitos corruptos, como em todos os partidos. Em quase todos os partidos, a operação Lava Jato está identificando empresários, mas que todos estão submetidos à lei; ninguém é mais, mas também, ninguém é menor do que a lei. Vários juristas estão dizendo que foi ao arripio da lei a condução do Presidente Lula, mas eu devo, em respeito aos três partidos e nossas pequenas diferenças, falar o que eu tinha me comprometido a falar, que era sobre a gravidade da mudança que na semana passada aconteceu no Senado Federal em relação ao Pré-Sal, em relação à legislação, que diz respeito a essa riqueza brasileira. Infelizmente, lamentavelmente, por 40 votos a 26, foi retirada a exclusividade, a garantia de que a Petrobras, com o mínimo de 30%, participaria de todos os investimentos de extração de petróleo pesquisado e prospectado no Brasil, em especial, as reservas do Pré-Sal. Destes recursos, senhores e senhoras, é que virão os recursos para a educação, para a saúde, para os Municípios e Estados brasileiros. É uma garantia de poupança, de uso planejado, pensando num futuro maior para a riqueza da Nação, Ver.^a Jussara. No ano passado, o Fundo do Pré-Sal, que ainda está *sub judice*, porque os Estados produtores entraram no questionamento desta lei da partilha por conta de que querem concentrar os recursos oriundos do Pré-Sal no seu Estado, e nós defendemos que o conjunto dos Estados brasileiros e Municípios recebam os recursos desta riqueza, e não apenas os Estados produtores. Isso está *sub judice*, e mesmo assim, no ano passado, só para a educação, o Governo Federal já recebeu e usou, os *royalties* do petróleo, R\$ 800 milhões. Isso que é o início da exploração do Pré-Sal. E é preciso que se diga, quem votou para alterar, para tirar o poder de participação, mas especialmente o poder de controle da Petrobras. Porque nós assistimos ao que aconteceu agora em Mariana com a Vale do Rio Doce, com a extração de minério de ferro; a Vale do Rio Doce que foi criminosamente privatizada no período de Fernando Henrique Cardoso. Perdeu a Nação brasileira a capacidade de controlar a exploração dessa riqueza, mas, mais do que isso, perdeu a capacidade de exigir o controle ambiental, exigir a preservação ambiental, a preservação da água, a preservação e o cuidado com as populações ribeirinhas, com os

trabalhadores, com a região, com o ar, com o meio ambiente. A tragédia de Mariana demonstra o que significa um Governo perder o controle, privatizar a extração de suas riquezas. E, infelizmente, leio quem votou: o PSDB deu 12 votos e é autor da emenda, Ver.^a Fernanda, José Serra; os que chamam pelo *impeachment*, na verdade, querem se apropriar e vender para as multinacionais, que estão em condição pior que a Petrobras, porque o problema é o preço do petróleo internacional, que está em 30 dólares, mas que, obviamente, vai subir. O PSDB com 12 votos; o PMDB com 9 votos; o PP e o DEM com 4 votos cada um; o PPS e o PSB também votaram para que a Petrobras perdesse o controle sobre o Pré-Sal. ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Bravamente, Ver.^a Jussara, as Bancadas do PCdoB e do PT, com 14 votos; a Bancada do PTB, Vereador-Presidente; a Bancada do PDT, Ver. Nereu, Ver. Delegado Cleiton, lutaram bravamente para manter as regras do Pré-Sal, e os Senadores Roberto Requião e o João Capiberibe do PSB. Então, é bem importante saber o que está em jogo neste País. Os direitos e a riqueza brasileira entregues na mão do mercado, entregues à exploração mundial, porque é isso que acontece, quando há mudança dessa regra, uma mudança que tira o poder da nossa Petrobras de recuperar suas finanças e de garantir direitos neste País.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da nossa antiga colega, uma pessoa que nos cativou, Dona Sandra Goulart, que foi chefe da Comunicação da Casa em 2014 e também trabalhou aqui com o nosso querido Ver. Professor Garcia. Também solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do jornalista Wanderley Soares, meu amigo, que criou a seção de desaparecidos do jornal Zero Hora, atuava na editoria de Polícia, passou por vários jornais da Capital, como Última Hora, Folha da Tarde, Folha da Manhã e Zero Hora. Então, eu gostaria de fazer esta homenagem a esses dois ícones da comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h52min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

(O Ver. Guilherme Socias Villela assume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. Nereu D'Avila (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PR nº 048/15, tendo em vista que me ausentarei em breve. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Nereu D'Avila. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Márcio Bins Ely (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 018/16, tendo em vista a homenagem ao Grupo Educacional do Instituto Nacional de Especialização, Pós-graduação e Extensão a ser realizada no dia 10 de março. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PR nº 048/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 018/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, o Requerimento nº 011/16. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM.**

Em discussão o PLL nº 080/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 080/15.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha aqui e pela TVCâmara. Desde que apresentamos este projeto, logicamente muitas pessoas têm perguntado se haveria a sua necessidade, Ver. João Bosco Vaz. Gostaria que não houvesse necessidade, mas infelizmente ainda temos necessidade de que isso seja regulado por lei. Em todo o mundo, mulheres que têm filhos pequenos precisam adaptar a sua rotina para cuidar do bebê, o que em geral inclui amamentá-los de três em três horas, em média. Por isso, muitas vezes elas estão em locais públicos, em estabelecimentos comerciais, em momentos que é preciso alimentar os filhos. Em muitos casos, as mulheres preferem procurar o banheiro mais próximo, ou algum local mais reservado para amamentar, devido ao constrangimento que podem vir a sofrer. Por isso fazemos questão de votar este projeto na semana em que comemorarmos o Dia Internacional da Mulher. A lactação é uma das maneiras mais eficientes de atender aos aspectos nutricionais, imunológicos e ao desenvolvimento de uma criança no seu primeiro ano de vida, principalmente.

Em novembro de 2013, uma mulher foi impedida de amamentar no Centro Cultural do SESC, na cidade de São Paulo, quando estava em uma aula de leitura, sendo abordada por uma funcionária que disse para ela se dirigir a uma sala de amamentação. Em 2009, Ceniriani Vargas era estudante da UFRGS quando teve a sua primeira filha, Dandara. Na Universidade, ela sentia que as pessoas estranhavam a presença da menina, lançavam olhares de repreensão e percebia preconceito por parte de alguns professores. Também para comemorar a Semana Mundial do Aleitamento Materno, mulheres se organizam no Brasil inteiro e realizam um mamaço que acontece do dia 1º até 8 de agosto anualmente. Em Porto Alegre, foi realizada a segunda edição do evento no Parque da Redenção, no ano passado. O evento é promovido pela campanha a Hora do Mamaço, criada em 2012, com o objetivo de ser um evento anual, em que todas as mães, de todas as cidades de Estados brasileiros se reúnam no mesmo dia, no mesmo horário em um ponto turístico de suas cidades para amamentarem seus bebês simultaneamente. Este projeto é um reconhecimento ao direito à amamentação, direito esse das mulheres e direitos das crianças que precisam da amamentação.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
015ª Sessão Ordinária 07MAR2016

Minha esposa é nutricionista, Ver. Mario Manfro, e sei que a amamentação não pode ser interrompida, porque, durante a amamentação, existem vários estágios. Em Porto Alegre, realmente, não tivemos nenhum caso registrado, mas, de forma preventiva, nesta semana das mulheres, no mês das mulheres, amanhã é o Dia Internacional da Mulher, nós estamos propondo este projeto de lei, encaminhando para que as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores possam votar e transformar em lei que aqueles estabelecimentos que proibirem ou constrangerem o ato do aleitamento materno em suas instalações estarão à mercê de duas sanções: a primeira, uma multa de 150 UFMs, que corresponde a R\$ 547,50; em caso de reincidência, 250 UFMs, no valor de R\$ 912,50. Espero, Ver. Mendes Ribeiro, que não precisemos aplicar essa lei em Porto Alegre, mas, de forma preventiva, solicito às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores que aprovem, na tarde de hoje, mais essa garantia de direito às mães, às mulheres e às nossas crianças. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 080/15.

A SRA. JUSSARA CONY: Eu vou iniciar cumprimentando o Ver. Cassio Trogildo por este projeto. Eu acho que ele é necessário na cidade de Porto Alegre, em cada recanto deste País, em cada cidade, porque é na nossa aldeia que as coisas acontecem, é na casa da gente, na cidade onde nós moramos. Estava há pouco conversando com o Ver. João Bosco, que fez uma pequena brincadeira comigo - e eu levo sempre na brincadeira -, que se há uma mulher que não nega a idade e o número de filhos, esta sou eu. As relações pessoais é que nos permitem isso. E me entusiasmei, Ver. João Bosco, e vim aqui dar um testemunho. Eu fui funcionária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aposentei-me com 32 anos de serviço, funcionária administrativa. Fiz concurso em 1961 e fui chamada no dia 02 de maio de 1962, um mês e pouco depois de ter ganho a minha primeira filha, que agora no dia 19 de março faz 54 anos. E eu me lembro que não podia deixar de assumir, estava amamentando. Sempre tive a orientação das mulheres que me antecederam - avós, mães, tias, etc. - que a amamentação até, no mínimo, os seis meses de idade era essencial, e, se possível, até os dois anos seria completa, porque aos dois

anos de idade o cérebro do ser humano se completa. E o leite materno possui essa dimensão nutricional, com os elementos necessários para o cérebro de um futuro homem, de uma futura mulher. E a minha filha era levada na faculdade de Medicina, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde assumi como escrevente-datilógrafa - essa foi a minha entrada na UFRGS por concurso público -, e lá eu a amamentava na seção de ensino onde eu trabalhava. Amamentava sem me esconder, sem ter que ir para um quartinho, sem ter que ir para o banheiro, sem ter que ir para qualquer outro lugar, com os meus colegas homens, com as minhas colegas mulheres que, aliás, também estavam em idade fértil como eu e tinham as suas filhas e os seus filhos. Por que digo isso? Porque hoje eu sinto uma sociedade que chegou, em determinados momentos, às raias da violência, a ponto de mulheres que vão amamentar os seus filhos, em lugares públicos, serem culpabilizadas, serem criminalizadas, inclusive agredidas. Porque a agressão tem as mais variadas formas - Ver.^a Sofia, que também é mãe e sabe disso: a agressão é física, é verbal; a agressão ao pedir que a pessoa se retire do recinto. Por isso que o projeto do Ver. Cassio é importante, sim, e tomara que ele se reproduza em todas as Capitais, em todas as cidades deste País. Vejam bem, eu tive cinco filhos, amamentei os cinco em lugares públicos, na década de 1960 – um no fim da década de 1970, que é o meu temporão –, e eu nunca fui agredida. Eu nunca fui agredida e amamentei nos mais variados lugares, até porque eu sempre fui uma militante. Eu sempre estive nas ruas, nas lutas, como militante do PCdoB, como militante da luta das mulheres. Hoje, a mulher é agredida, Ver. Cassio. V. Exa. tem toda razão, quero lhe parabenizar, é desse tipo de leis que nós precisamos, e é bom que um homem traga esta lei, porque nós estamos mudando as relações. A amamentação é um ato natural, e o que a gente vê? A sociedade chegar a ponto de desnaturalizar o natural, o benéfico e aquele que vai formar a constituição biológica, inclusive mental, de um novo ser.

Hoje estamos votando projetos que dizem respeito às mulheres, e vamos votar um que um homem apresentou, mas esses projetos dizem respeito, Ver. Mauro Pinheiro... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 080/15.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Vereadoras, Vereadores e a todos que nos assistem. Parabéns, Ver. Cassio, pelo projeto. O que sempre tenho ouvido falar, Ver.^a Sofia, nas reportagens sobre saúde, é que amamentar é fundamental para as crianças. Eu acho que essa atitude das mulheres, de amamentar onde quer que seja, tem que ser aplaudida. Nós temos que aplaudir. Então eu espero, com este projeto do Cassio, prevenir, e vamos torcer para que os outros Estados brasileiros copiem este projeto de Porto Alegre, Ver. Pujol, porque é importante. Não é o momento de reprimir a mulher por estar amamentando o seu filho; é o momento de nós aplaudirmos e saudarmos a mulher. Por isso, eu vou votar “sim” ao projeto do Ver. Cassio Trogildo. Maravilha! E não tem momento melhor para isso, na Semana das Mulheres. Parabéns. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Tarciso Flecha Negra. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 080/15.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, nobre Vereador muito querido, Villela; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; como é importante ter uma Semana da Mulher! Não existe o dia do homem, nem a semana do homem, porque não precisa: os homens chegam primeiro em tudo, chegam mais fortes em tudo, chegam de jeito atabalhado em tudo e levam! A mulher, a gente tem que estar sempre mostrando. E a violência é que tem sido a tônica contra a mulher. Não só a violência de tapa, de empurrão, de ponta-pé; a violência com palavras, com atos, com leis, com outras discriminações. E parece que não precisaria uma lei como esta, porque é inato, no nosso pensamento, que as mulheres possam amamentar em qualquer lugar. Mas não é verdade, não acontece isso de maneira contumaz, de a mulher naturalmente sentar num restaurante, numa festa, num templo, em algum lugar, e querer amamentar, porque dela pode ser chamada a atenção, e muitas vezes há registro disso, porque já aconteceu. Aí, eu fico com ciúmes do Ver. Cassio Trogildo, porque ele se deu conta disso e fez um projeto que eu gostaria de ter feito – eu gostaria, porque sou obstetra, sou parteiro. Se por acaso não for para redimir alguma coisa, pelo menos é para prevenir, para as pessoas saberem que existe uma lei que garante que a mulher amamente. E como é importante a amamentação! Imaginem,

um potrinho, um bezerrinho, quando saem de dentro da placenta, já ficam de pé, dão umas caminhadas por ali e já podem comer uma graminha junto com a amamentação, o nenê, não. Com a especialização da nossa espécie, a criança ganha em inteligência, mas é mais frágil, pois precisa da presença da mãe para alimentação, senão, pode morrer. Ela não come outras coisas, ela só toma o leite materno. E o leite materno é importantíssimo, porque, primeiro ele tem – segundo as Leis de Escudero – as três substâncias importantes para uma alimentação: a gordura, que são os lipídios; a proteína e o açúcar – é completa. E tem mais, a água está em quantidade necessária para a criança, se ela se alimentar de três em três horas na mãe, a água não precisa ser dada nas primeiras semanas, pois a água já está no leite. Então, estão no leite a água, o alimento, e mais, o carinho. Vocês já devem ter visto em foto de uma mãe olhando para o nenê e o nenê com olhar fixado no olhar da mãe. Aquela relação de carinho, de cuidado, de afeto, de cheiro, de olhar vai nos fazer melhor nos momentos em que for necessária uma puxada para as nossas consciências e para os nossos trabalhos.

Então, a amamentação tem sido cuidada pelos gestores. Os gestores têm cuidado da amamentação, porque permite, agora, por seis meses, que a mãe fique amamentando, porque, quando ela vai para o trabalho, ela para de amamentar, ela fica longe do nenê. Outras indústrias oferecem uma creche para que, depois dos seis meses, a mãe possa amamentar na própria creche da indústria.

Então, esta é mais uma lei para o panteão do aleitamento, por toda essa importância que eu falei. Crianças bem amamentadas, com carinho, vão ser pessoas bem cuidadosas com seus filhos e com a humanidade. Parabéns, Cassio Trogildo, gostaria de ter feito este projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 080/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero rapidamente aqui apoiar o projeto do Ver. Cassio Trogildo e dizer que nós também gostaríamos que ele não fosse necessário, mas, infelizmente, diante de uma série de acontecimentos que cotidianamente acontecem em Porto Alegre e em outros lugares do País, se faz necessário, Ver.^a Séfora, termos projetos

que garantam o direito das mães de alimentarem seus filhos e de exercerem esse papel tão fundamental para a mãe e para o desenvolvimento da criança em lugares públicos e privados. Eu me lembrei de duas polêmicas, uma recentemente foi em São Paulo, um caso muito grave, e imagino que tenha sido o gerador do projeto do Ver. Cassio. Eu fiz um e foi prejudicado porque já havia o projeto do Vereador, o que é ótimo, porque significa que a Câmara vai aprovar uma iniciativa nesse sentido. E o segundo, inclusive, é da Deputada Estadual Manuela D'Ávila, que foi vítima nas redes sociais diante de um caso gravíssimo de machismo e de violência virtual diante de uma mãe que amamenta a sua filha, a Laura, que tem orgulho de amamentar, e que obviamente vai aos espaços que frequenta para alimentar o bebê no tempo correto, que é o previsto para exercer esse momento tão importante para alimentação do bebê e para o desenvolvimento dessa criança. Então eu espero que este projeto seja aprovado por unanimidade; vim para cumprimentar o mérito, Ver. Dr. Goulart, porque nós sabemos que neste Mês das Mulheres é muito importante enfatizar as políticas públicas de proteção às mulheres. E aqui nós temos uma política de proteção às mães, que lamentavelmente ainda sofrem com a violência, com o machismo. Então é um projeto protetivo estabelecendo penalidades para quem não respeitar o ato de amamentação. É importante, é meritório e terá o apoio da bancada do PSOL. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 080/15.

O SR. REGINALDO PUJOL: A discussão que se estabeleceu no encaminhamento deste projeto de lei de autoria do Ver. Cassio Trogildo é o que me traz a tribuna na medida em que algumas afirmações que ocorreram nesta tribuna proferidas por pessoas altamente qualificadas, como é o caso do nosso colega, Ver. Dr. Goulart, médico competente, qualificado, que fez uma afirmação que, se eu tivesse ouvido a sua colocação antes sobre esta matéria, eu teria me inscrito para discutir o projeto e não, para encaminhar. Certamente, eu iria propor uma emenda se eu não ficasse tão estupefato como fiquei com a afirmação feita por V. Exa., com a autoridade de médico, especialista inclusive, de que na nossa consciência achamos que não existe isso, que não há nenhum estabelecimento

que proíba a amamentação das crianças. Eu, honestamente, acho que não existe, mas, se o Ver. Dr. Goulart diz que existe, é um caso a preocupar. E um estabelecimento desses, que proíbe a amamentação de crianças, não tem que ser multado; tem que ser fechado de imediato, porque é um absurdo, uma intolerância injustificável.

Sinceramente, Vereador, vou ficar com essa tristeza íntima. Não posso mudar mais este projeto. Não posso propor, ao invés da multa de R\$ 150 ou de R\$ 250 UFIRs, o fechamento. Aliás, quando eu leio estabelecimento, sou obrigado a entender que é estabelecimento público ou privado, na área do comércio, indústria, serviço público e privado, enfim, todos os estabelecimentos que não sejam residenciais: bares, restaurantes, cinemas, seja o que for. Eu não posso acreditar, Ver. Dr. Goulart, apesar da confiabilidade da sua palavra, que haja alguém com coragem de proibir a amamentação no seu estabelecimento. Não posso acreditar. Acho isso um verdadeiro absurdo.

A minha intenção inicial, Sr. Presidente, era um comentário a respeito da emenda do meu querido amigo, Ver. Mendes Ribeiro, que, infelizmente, no momento, não está aqui no plenário. O Ver. Mendes Ribeiro segue uma orientação que na Assembleia Legislativa do Estado é seguida: a pessoa entende que, qualquer coisa que fale em regulamentar uma proposta, isso é impor ao Executivo algum dever que ele não o tenha. No caso, a própria Procuradoria do Município está falando nesse sentido. Eu quero confessar lisamente que tenho as minhas dúvidas, acho que esta lei, Ver. Cassio Trogildo, que me honra em ouvir o que vou dizer: a sua lei, sem a regulamentação, não existe. É preciso que se diga como será feita a fiscalização. A quem caberá a fiscalização? Tem que ter um documento nesse sentido. Olha, primeiro, eu não acredito que existe nesta Cidade de Deus algum estabelecimento que proíba a amamentação! Admito que possa ter alguém que constranja – o que já é um crime, no meu entendimento. Segundo, não quero, aprovando a emenda, deixar uma lei capenga. Então, vou dizer em alto e bom som: por não acreditar nesse absurdo animalesco de ter alguém proibindo num estabelecimento que uma mãe faça a coisa mais sagrada do mundo, que é amamentar o seu filho, vou votar com o projeto sem a emenda, porque acho que o projeto, sem a emenda, fica prejudicado. Usei a expressão capenga, mas não é bem isso que quero dizer, ele fica sem condições de uma boa execução. E não adianta nós termos lei se ela não vai ser executada! (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Isso é no sentido de verificar estabelecimento que eu venha

pág. 33

constatar que, efetivamente, está proibindo a amamentação nas suas dependências! Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 080/15.

O SR. DR. RAUL FRAGA: Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; Vereadores, Vereadoras, todos que nos assistem, é um momento importante da vida parlamentar em que estamos homenageando as mulheres, sem as quais, realmente, nós aqui não estaríamos. É aquela pessoa que deu à luz, aquela pessoa que acalenta, que cria, que abraça, que resguarda. A mulher, realmente, é uma presença todos os dias e que cada vez está tomando na sociedade um volume maior na sua luta também. E valorizar a mulher e a criança não tem nem o que dizer, é uma obrigação de todo ser humano. Estão aí os programas de apoio às crianças e às mulheres, como o Programa PIM PIÁ, entre outros. As mulheres são as nossas deusas gregas, que vão da Perséfone à Afrodite e tantas outras. A amamentação é a representação viva da relação mãe e filho, que é o que dá sustentação para a criança para o resto da vida. Porque nós sabemos que o pai está nessa relação, mas muitas vezes passo ao largo, porque a ligação mais firme é aquela que a mulher teve com seu filho, durante nove meses com a criança dentro do seu útero, naquela posição fetal de calor e vivência, recebendo a nutrição para se transformar num ser humano. A gente sabe, como homem, que essa deve ser uma sensação única, a qual nós não poderemos ter; talvez até Deus nos permita um dia. Então, falar em qualquer proibição de aleitamento é uma coisa fora da cultura do ser humano hoje em dia. Todos nós sabemos o que representa a situação do aleitamento porque ele favorece o desenvolvimento da criança, tanto nutricional como afetivamente. Nós sabemos que o ser humano se forma também na parte mental, e essa é extremamente dependente, dos zero aos seis anos, do carinho e do aleitamento, que é fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Então eu acredito que este projeto é de muita propriedade porque na realidade ele talvez não tenha uma aplicabilidade maior, mas ele sinaliza para o nosso carinho, atenção e preocupação com a criança, com o ser humano, com a amamentação, com a valorização tanto da mulher como do pequeno ser que ali está e que brevemente

se tornará um ser humano maior e estará nas nossas escolas, fazendo com que nós tenhamos uma sociedade melhor. Porque a sociedade está se fazendo muito daqueles que vêm vindo. Nós estamos com novas gerações e temos que valorizá-las. E eu vejo que este momento do mês de março, o dia de amanhã, o Dia Internacional da Mulher, todo o Mês da Mulher, isso favorece que possamos, cada vez mais, dizer da nossa preocupação enquanto ser humano, enquanto médico, enquanto pessoa integrada às ações sociais, para que nós possamos avançar. E cada um dando uma pequena parte de si, um favorecimento em relação às necessidades sociais de uma maneira especial às mulheres menos favorecidas, que são tantas ainda no nosso meio, vai fazer com que a sociedade progrida, e progrida com mais intensidade.

Então, gostaria de dizer ao Ver. Cassio que estamos junto nesta questão e que achamos que em tudo o que valorizar a mulher, a criança e o aleitamento, com certeza, nós vamos estar sempre à frente para que a nossa sociedade tenha mais saúde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Sefora Gomes Mota está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 080/15.

A SRA. SÉFORA GOMES MOTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, muito boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, eu me vejo muito entristecida quando percebo o retrocesso para o qual estamos caminhando. A amamentação, muito mais do que mais um laço de afeto, de amor entre mãe e filho, é um ato natural de alimentação.

O Ver. Dr. Goulart é médico e entende mais das propriedades do leite materno. É o alimento mais rico, mais saudável e o melhor nos primeiros meses de vida. Eu amamentei cada filho meu por um ano e seis meses e amamentava em qualquer lugar.

O que eu acho muito triste é hoje precisarmos ter leis para que as mulheres não sejam constrangidas por um ato que para nós, mães, é muito natural. O bebê chorou, ele se acalma no peito. E os meus não tinham hora nem lugar. Eu estava brincando aqui com um colega dizendo que todo o mundo na minha cidade viu os meus peitos, porque eu nunca fui constrangida, eu nunca me senti envergonhada por um ato tão singelo, tão simples. Então, hoje, a sociedade erotizar a questão de a mulher estar com o seio exposto para alimentar o seu filho é um absurdo. Mas, se a gente precisa de leis que

ensinem e que eduquem, que as façamos e aprovemos. Eu acho que a multa tem que ser alta, porque nós, mulheres, é que devemos decidir se vamos amamentar ou não e onde amamentaremos. Nós, mulheres, porque isso é uma questão nossa, é fundamental, é direito nosso e do nosso filho. Então, que não venham regradar a nossa vida pelas situações que não têm nada a ver com um ato tão simples. Não é erótico, não é ofensivo, não é agressivo; é alimento, é amamentar o seu filho, acarinhar. Além de um ato de amor, como já foi dito, é simplesmente uma alimentação saudável para o seu filho.

Obviamente, eu vou votar favorável, apesar de ainda não entender em que sociedade a gente vive que a gente precisa criar multas para que nós, mulheres, não sejamos constrangidas no dia a dia. Ver. Cassio, parabéns pela proposta, pelo projeto. Votaremos favoravelmente, porque alimentar é um ato de exclusividade e de decisão da mulher. Nós decidimos se vamos amamentar ou não, se podemos amamentar ou não, e quando e onde quisermos. Nossos filhos merecem. Obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 080/15.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente; eu, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, não quero utilizar todo o tempo, porque temos outros projetos de importância igual ou maior na sequência da nossa Ordem do Dia. Mas fiz questão, pedi para a minha Líder, Ver.^a Sofia Cavedon, para fazer uma fala aqui, porque este projeto, além de tudo o que foi dito pela Ver.^a Jussara e pela Ver.^a Séfora, é importante em termos de estímulo para que as mulheres amamentem em público. Quero lembrar que, recentemente, a Deputada Manuela d'Ávila publicou uma foto enquanto amamentava a Laura, e criou-se uma polêmica com aquela onda – como é que eu posso qualificar? – aquela onda irracional, para não usar expressões mais fortes. Eu quis subir à tribuna, porque este projeto do Ver. Cassio foi um projeto também do nosso mandato. O Ver. Cassio protocolou com algumas horas de antecedência, então, o nosso projeto foi arquivado, mas que bom que o projeto veio ao Plenário, espero que seja aprovado. E gostaria de lembrá-los de que a Ver.^a Ariane Leitão, que estava aqui hoje no começo da tarde, durante o período em que esteve Vereadora, apresentou projeto e trouxe o filho

Francisco para amamentar aqui na Câmara, numa demonstração simbólica e por necessidade também, porque o Francisco precisava da amamentação. Não foi só um ato simbólico, mas revestido de simbolismo no sentido de que a Câmara é um lugar, assim como a Assembleia e qualquer outro espaço que a mulher que amamenta possa amamentar sem nenhum risco de constrangimento. Então queremos parabenizar o projeto, e vamos, obviamente, votar a favor e torcer para que isso seja uma onda e combata essas ideias moralistas. Como a Ver.^a Séfora Mota colocou, não é nenhum ato obscuro estar ali amamentando, seja dentro de um shopping, seja em uma loja, seja em uma praça pública, e assim por diante. Então acho que nós temos que ter esse ar de liberdade e olhar com carinho e estímulo para as mães que querem e amamentam. Como disse o Ver. Dr. Goulart, quanto maior o período daquele olhar da criança com a mãe melhor. Nós, homens, não temos essa oportunidade. E eu acho que isso é tão mágico e deve ser, sim, estimulado e coibido o constrangimento, sim. Estamos aqui para coibir condutas, coibir, como é o caso do projeto, quem queira restringir esse direito das crianças e das mães. Então parabéns ao projeto e votaremos a favor, a Bancada do Partido dos Trabalhadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 080/15. (Pausa.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, a relevância desta matéria faz com que nós tenhamos a maior cautela em examiná-la. Eu posso ter exagerado no meu pronunciamento, por isso eu quero dizer que o meu temor não pode ser maior do que a certeza dos autores da matéria de que a aprovação da emenda do Ver. Mendes Ribeiro não vá comprometê-la na sua execução. Por isso todo o meu entusiasmo na proposta torna-se sem efeito, e eu recomendo que se aprove o projeto com emenda.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Feito o registro, Ver. Reginaldo Pujol.

O Sr. Mendes Ribeiro: Presidente, para esclarecer a Emenda de relator na CCJ: esta emenda foi posta pela importância da matéria, pela importância do projeto, para que não

ocorra um Veto parcial do projeto e demande a aprovação desse tão importante projeto do Ver. Cássio. Eu, então, suprimo o art. 2º porque ele invade a competência privativa do Executivo. Nós, do Legislativo, não podemos botar prazo para regulamentação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Feito o registro, Vereador.

Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, o PLL nº 080/15. (Pausa.)

(Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 137/15. (Pausa.)

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLL nº 137/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 137/15 à apreciação das Comissões, para Parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 137/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Eu pedi para passar o vídeo novamente, porque, conversando com os Vereadores e Vereadoras, eu senti que seria importante resgatarmos algumas coisas. Primeiro quero agradecer o apoio de muitos Vereadores: da Ver.^a Mônica – que é Vereadora de um partido absolutamente distinto do meu e que já declarou apoio ao nosso projeto por se tratar da defesa do direito da mulher, que é o direito de escolha –, da Ver.^a Sofia, da Ver.^a Jussara, da Ver.^a Séfora; deixei uma cópia para a Ver.^a Lourdes, e quero agradecer também aos Vereadores que já se manifestaram favoravelmente, inclusive propondo melhorias, como é o caso do Ver. Mauro Pinheiro, que propôs uma emenda que coloca também a questão das próximas licitações.

Há dois temas que me parecem importantes nesse projeto, mas primeiro gostaria que passassem o vídeo novamente para os Vereadores – aos que já viram peço desculpas, mas acredito que muitos não viram essa matéria veiculada pela Record.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Muito obrigada, pessoal, companheiras e companheiros. Eu quis passar essa matéria por dois temas. Primeiro, o óbvio, chocante, que nós, mulheres, sabemos, mas que é sempre bom falar para o conjunto e também para os homens: o medo que muitas vezes nós temos de pegar conduções, táxis – inclusive por outros aplicativos –, sobretudo de noite.

Eu quero agradecer a intervenção do Ver. Nereu D'Avila, que eu acho que foi muito correta falando sobre o direito de escolha da mulher; mas, ao mesmo tempo, quero corrigi-lo com relação ao que ele falou quanto à nossa crítica sobre os casos de assédio envolvendo mulheres. Eu sou usuária de táxis na cidade de Porto Alegre e sei que há uma ampla minoria da categoria que é assediadora, violenta ou até mesmo estupradora – vimos o caso do condutor de táxi que já tinha estuprado duas mulheres, como mostrou o vídeo.

É importante a mulher ter o direito de escolha, é importante ter uma política pública que reserve o direito de a mulher escolher ser conduzida por outra mulher. Os casos graves de violência contra as mulheres não podem ser negligenciados. Eu trouxe a esta tribuna um caso, que aconteceu no ano passado, de uma jovem que teve a casa arrombada por um taxista. E o recado da EPTC foi que aplicou uma multa! Um condutor arromba a casa de uma usuária e, graças aos vizinhos, nada aconteceu a essa jovem! Mas a política da EPTC foi aplicar uma multa! No outro caso foi uma jovem saindo da PUC que se joga do carro, porque o taxista estava mudando a rota. Já estava em quase R\$ 100,00 a corrida, e quando ela disse que não tinha dinheiro para pagar, o condutor disse que ela poderia pagar de outras formas... E a moça se jogou do táxi para evitar ser estuprada, agredida sexualmente, violentada!

Esse projeto trata do direito de escolha das mulheres. Eu sei que há muitas preocupações legítimas de como ele vai se aplicar. O projeto é bastante claro. É uma aplicação progressiva de 20% dos condutores serem mulheres, e avaliado ano a ano, conforme a necessidade de ampliação. Há Vereadores que me perguntam como será aplicado, e a pergunta das mulheres da rede é por que não são 50%? Porque todas as mulheres sabem do que estou falando nesta tribuna. Nós queremos ter o direito de escolher. Nós queremos ser conduzidas por mulheres. Nós queremos ter a liberdade de escolha. E nesta semana do Dia Internacional das Mulheres, a melhor forma de ser solidária à luta

pág. 39

das mulheres é votando com as mulheres e apoiando projetos que defendam os nossos direitos.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 137/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, parabéns, Ver. Cassio, parabéns a esta Casa pela primeira votação desta tarde. Estou me revezando com as mulheres. Foi muito bonito o que muitos homens falaram aqui, e muito bem, sobre o tema do aleitamento, do quanto nós temos que nos espantar – o Ver. Pujol, que falou muito bem – se ainda existe algum tipo de repressão ou de intimidação ou de assédio sexual, no caso de atendimento à criança pela mãe, de aleitamento em lugares públicos, ou em qualquer lugar que não seja a sua casa.

Sobre esse tema, Ver.^a Fernanda, acho que ele é extremamente emblemático. V. Exa. já falou dos riscos, da insegurança, do perfil, da impossibilidade de ter todas as garantias, mas eu quero acrescentar um elemento sobre o tema taxistas. Essa é uma das profissões onde a maioria é de homens, e, naturalmente, acaba se criando um universo masculino, numa confraria masculina, num espaço muito masculino, que acaba sendo um espaço da brincadeira jocosa, do assédio... Não quero generalizar – nem devo –, mas de fato, além do direito das mulheres de escolherem uma motorista mulher, que garantiria esse projeto por ter essa alternativa, a importância e a riqueza da relação homem/mulher numa categoria, de ampliarmos a presença das mulheres nessa categoria. O quanto isso pode fazer a alteração desse ambiente, que é estressante, que é inseguro, inclusive, para os condutores, para os taxistas, portanto, tenso.

Eu vivi uma experiência na semana que passou, na rodoviária, que eu não desejo para ninguém, porque nós, quando vamos levar um parente ou um amigo que vai pegar ônibus, nós passamos um estresse, porque o carro individual, ali na rodoviária, é absolutamente oprimido pelos taxistas, que são exímios motoristas, que estão acostumados, que têm três ou quatro pistas de táxis na rodoviária. E o condutor privado,

como eu, que fui levar a minha irmã, tem que encostar ali só para largar, mas só para fazer a curva e encostar, os taxistas tocam o carro por cima, buzina, e a gente não sabe direito como se deslocar. E depois para sair, é uma loucura, porque tem que sair com os carros dos taxistas passando na diagonal, e você tem que sair na diagonal, porque tem que pegar uma pista que é lá do meio. Então, a rodoviária é um escândalo! E ali se manifesta esse universo masculino, que é predominantemente masculino, que é agressivo, que é intolerante no trânsito, que é opressor; ele muito difícil de lidar. Vejam que eu sou uma Vereadora que anda sempre dirigindo o dia todo na rua, como vocês, e se vira bem nas situações tensas. Aí está o demonstrativo, na minha opinião, que devemos misturar mais homens e mulheres na condução dessa função concedida, dessa função pública, que é o táxi, para criar um outro ambiente, um ambiente com maior delicadeza, com maior cuidado com a mulher e com o homem, um ambiente não machista, que não exponha as mulheres, sejam usuárias, sejam motoristas.

Não participei, Ver.^a Mônica, do debate do Uber, e a Ver.^a Mônica se queixou muito, e acredito que com razão, pela agressividade da manifestação dos taxistas nesta Casa, neste plenário. Na verdade, acabou se demonstrando depois com a agressividade aos motoristas do Uber não só aqui, como em vários lugares. Claro que aqui entrou um outro debate, um debate de mercado, de reserva de mercado, de vida, de rendimentos, no entanto, a agressividade que permeia a condução desse transporte, que é um transporte fundamental, que resolve muitos problemas, ela está nítida, ela está clara.

Então, Ver.^a Fernanda e Ver. Prof. Alex, acho que a iniciativa de vocês é emblemática. Progressivamente incorporando mais mulheres como motoristas, nós vamos alterando ao poucos essa predeterminação de que homens fazem isso e mulheres fazem aquilo, e esse mundo que acaba sendo mais agressivo, menos cuidadoso. Por outro lado, nós oferecemos às mulheres a possibilidade da escolha, de se sentir segura quando é uma motorista mulher que a conduz. Acho que é um excelente e emblemático projeto, espero que aprovemos por unanimidade nesta Casa, celebrando o mês da mulher.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 137/15.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas. É mais um projeto feliz, bem encaminhado. Perguntei inclusive para a Ver.^a Fernanda e para o Prof. Alex se era um projeto que tinha sido protocolado depois da discussão que tivemos aqui daquela lei do Uber, do Ver. Janta, sobre a proibição, traduzindo em miúdos, do Uber em Porto Alegre, que, como falei naquela oportunidade, foi uma lei inócua, porque já há regulamentação, há duas leis municipais que já tratam da concessão dos táxis em Porto Alegre. Passamos aqui uma tarde discutindo uma lei – infelizmente ela foi aprovada – que tratava de algo que já era regulamentado.

Acho que o que a Ver.^a Fernanda e o Ver. Prof. Alex estão propondo aqui é, em grande parte, aquilo que as pessoas – as mulheres, em especial – discordam no serviço de táxi em Porto Alegre. Eu participei de alguns debates depois, na sequência da votação do Uber, e alguns dias antes também, e os debatedores faziam questionamentos corretos, justos sobre a forma como o serviço de táxi em Porto Alegre é prestado justamente por não ter, dentre outras coisas, opção de ter uma mulher motorista. Então, é um projeto que vem para ajudar o próprio serviço a se qualificar, para que o dono do táxi possa colocar uma mulher, possa, inclusive, fazer disso uma propaganda do seu serviço: “Na nossa empresa, nós temos 20% de mulheres. Se você for mulher e fizer questão de ter uma mulher como motorista, chame a nossa cooperativa.” Pelo que entendi, a base do Governo está liberada para votar como desejar esse projeto. Eu espero que se vote a favor.

Acho que não podemos ter receio em testar as políticas. Isso é um grande mal, é um grande mal não querer testar. O projeto – a Ver.^a Fernanda falou da tribuna – coloca a possibilidade de ampliar o percentual no futuro. Que bom! Nós vamos testar, talvez 20% seja pouco, ou talvez 20% já atenda a essa necessidade, a esse anseio das mulheres de chamarem taxistas mulheres. Talvez precisemos de muito mais, mas o fato é que nós vamos aprender com a implementação de uma política. Eu acho que é isso que Porto Alegre precisaria fazer muitas vezes. Nós temos várias iniciativas que foram propostas no campo da mobilidade e em outras áreas. O Ver. Mauro Pinheiro, lembro que ele propôs a circulação dos táxis nos corredores. A EPTC fez testes, ninguém sabe bem que testes foram, porque não há participação nem de quem propôs a medida, assim como aconteceu no caso dos 30 segundos nas sinaleiras, por exemplo. Os testes da EPTC concluíram que é impossível os táxis circularem nos corredores de ônibus, quando, em outras cidades, é

possível. Aqui em Porto Alegre, a EPTC negou, de plano, uma boa ideia trazida por um Vereador.

Então, quero saudar a iniciativa da Bancada do PSOL, esperar que seja aprovado, de forma unânime, talvez. Não escutei ainda todas as manifestações, mas gostaria que fosse, inclusive, unânime, para colocar esse recado e fazer, dentro da EPTC, oxigenar essas ideias que tratam de uma outra mobilidade na Cidade, incentivando o transporte coletivo e o transporte seletivo. Parabéns, Ver.^a Fernanda e Ver. Alex, vamos aprová-lo e espero, por unanimidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLL nº 137/15.

A SRA. JUSSARA CONY: Ver.^a Fernanda e Ver. Alex, tenho absoluta convicção de que esse projeto será aprovado pela unanimidade desta Casa, mas não poderia me furtar de vir a esta tribuna, primeiro, para cumprimentar e dizer algumas questões. Tenho absoluta convicção de que uma lei como essa vai induzir outros elementos que são importantes na vida das mulheres e na vida da sociedade. No mínimo, esta lei abre espaço e garante o reconhecimento do significado da mulher no mercado de trabalho. Não existe profissão em que as mulheres não tenham capacidade de exercer. Por outro lado, introduz mulheres condutoras de táxis, começando por 20% em uma área onde as mulheres estão absolutamente aptas. Acho que podemos ver pelo exemplo quando pegamos um táxi que é conduzido por uma mulher. Esses dias, peguei um táxi no Centro para vir até aqui, junto com o meu Chefe de Gabinete, saindo de uma reunião da Prefeitura, e a condutora era uma mulher. E ele me disse: “Eu gosto quando é uma mulher condutora, é diferente”. Um homem disse isso, o meu Chefe de Gabinete. Aquilo me chamou a atenção, porque não foi uma mulher que disse, mas um homem. Acho que também garante espaço de geração de emprego e renda, e penso muito, Ver.^a Fernanda, num espaço como esse, para mulheres chefes de família, na perspectiva de adaptação, inclusive, de horários. Mulheres chefes de família que são educadoras e mantenedoras da sua família. O direito do passageiro, seja mulher ou homem, mas principalmente das mulheres de serem conduzidas por uma mulher. O estabelecimento que se dá – e isso acho que, quando

pegamos um táxi e a condutora é mulher, é muito palpitante, é muito concreto, com relações mais humanizadas e determinadoras de mudança de concepções, de cultura. O significado do respeito às mulheres trabalhadoras, de refletir mais, sob o ponto de vista da humanização das relações, não só no trabalho, mas nas relações que se dão num momento como esse. O direito de escolha das mulheres, da condutora como profissão, da mulher que é conduzida, como uma opção que nos dá mais segurança. Os vídeos foram claros aqui, isso existe. Não podemos mascarar o que existe na sociedade. A interação entre as mulheres no combate à violência, seja no combate à violência doméstica e familiar, seja na violência da sociedade, inclusive a violência institucional e a institucionalizada na sociedade, traz à tona, inclusive, ali naquele momento, essas discussões.

Por outro lado, a relação das trabalhadoras condutoras na sua categoria vão influenciar em novas relações culturais e de trabalho, na mudança de relações, na mudança de comportamentos, na busca de novos homens, novas mulheres para essa nova sociedade que nós queremos, sem violência, sem agressão. Que essas diferenças, que são naturais, não se perpetuem em desigualdades não só políticas, econômicas, sociais, culturais, mas também em desigualdades, como o vídeo e a realidade mostram, de opressão, de machismo, de violência física, de violência sexual, de violência mental, de violência de gênero! A realidade é esta, e ali existe. Portanto, os vídeos dão conta disso, e defender esse projeto é defender mulheres no mercado de trabalho, é defender novas relações nesse mercado de trabalho e também trazer à tona a discussão, ainda, da violência que muitas vezes é institucionalizada. Como vamos dar permissão, a institucionalidade da permissão, a um agressor, como o vídeo mostrou, e a tantos outros que nem em vídeos estão? Então, é disso que se trata. Na semana do 8 de março, aprovarmos por unanimidade um projeto como esse, estaremos aprovando também o enfrentamento radical e o nosso comprometimento contra todo e qualquer tipo de violência. O PCdoB se sente honrado em votar este projeto de autoria da Bancada do PSOL.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 137/15.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Ver. Cassio; Ver.^a Fernanda, Ver. Prof. Alex., autores deste projeto, estava lendo o projeto da Ver.^a Fernanda, em que ela se preocupa que as usuárias de táxi possam escolher ter uma mulher para as conduzir, até mesmo por uma questão de segurança e para ter mais tranquilidade na viagem. E achei importante o projeto da Vereadora. Acho que temos que incentivar cada vez mais a igualdade entre as mulheres e os homens. Só que a Ver.^a Fernanda se preocupou com a igualdade da condução, e eu fiz uma emenda para ir além, para que ela não só possa conduzir e ter o “carteirão”, como também ser proprietária do táxi. Nós sabemos que as licitações dos permissionários para concessão de uma placa, na última vez, os valores foram muito altos, chegando a R\$ 700 mil, se não me falha a memória, para um táxi especial. Dificilmente uma mulher terá condições de participar de um processo licitatório para a concessão de um táxi. Então fizemos uma emenda que sugere uma reserva de até 20% nas próximas licitações para o sexo feminino; com isso, elas vão concorrer no certame, nas licitações, tendo até 20% para o sexo feminino. Assim, com certeza, os valores serão mais baixos, e as mulheres não só poderão conduzir os táxis, como também poderão ser proprietárias, poderão ter uma concessão e trabalhar com seu táxi, buscando o sustento de sua família com mais igualdade com os homens. É isto o que estamos propondo: uma emenda que dê oportunidade de as mulheres terem a concessão de uma placa e poderem exercer uma atividade tão nobre e tão necessária nas cidades, como a de motorista de táxi. Então essa Emenda nº 01 é o nosso apelo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 137/15.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu, na verdade, queria que todos os motoristas de táxi fossem mulheres, pois fica muito mais bonito, seria mais original em nossa Cidade. Reservar direito ou privilégio para 20%, no entanto, acho que não é legal, embora a Procuradoria diga que o projeto é legal. Mas a Procuradoria deixa bem claro, no seu último item: “Contudo, *data venia* concedida, a proposição tem conteúdo normativo que consubstancia estabelecimento de discriminação

em razão de gênero, incidindo em violação ao princípio da igualdade, consagrado nos artigos 3º, inciso IV, e 5º, da Constituição Federal da República”.

Outro problema para essa lei é quem vai fiscalizar. Essa lei, provavelmente, não será cumprida, porque não há como operacionalizar. Essa lei incide, viola e ingressa numa intervenção da ordem econômica, da livre iniciativa de escolha. Como vamos obrigar um permissionário, Seu João Rei de Castro, a ter 20% dos seus motoristas do sexo feminino? Então, será que as mulheres vão trabalhar na madrugada? Vão carregar malas pesadas lá na rodoviária, no aeroporto? Será que terá uma condição de operação adequada para os permissionários? A emenda do Ver. Mauro, que pede que nas próximas permissões seja concedida a garantia de 20% para as mulheres, se não houver interesse, como vai ficar essa permissão, essa licitação? Então, é quase impossível operacionalizar.

Portanto, eu estou muito preocupado. Esta Casa já tem votado vários projetos que a sociedade não está aceitando. Acredito que esse terá mais um problema na nossa sociedade. Eu pergunto: foi ouvido o sindicato dos taxistas? Foi ouvida a EPTC? O que diz a lei? Então, eu estou muito preocupado com essa lei, que, no meu entendimento, vai realmente fazer uma intervenção na ordem econômica, vai fazer uma intervenção sobre o livre mercado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 137/15, por cedência de tempo do Ver. Prof. Alex Fraga.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Ver. Nedel, eu vou responder a cada um dos seus questionamentos políticos e econômicos com relação ao projeto. Mas eu não posso começar o meu discurso sem dizer ao senhor que nós queremos reservar vagas para mulheres taxistas não para servir de bonito, mas para que as mulheres tenham o direito de escolha. Muitas vezes se reproduz uma lógica machista de mercantilização e objetificação do corpo da mulher sem se dar conta. Então eu faço questão de corrigir na tribuna, porque eu acho que é muito grave que se refiram à possibilidade de as mulheres serem condutoras e de as mulheres poderem escolher serem conduzidas por mulheres. Acho muito grave discutir, como foi abordado pela Ver.^a Jussara, corretamente, a questão da igualdade salarial como uma desqualificação e uma tentativa de nos tratar como as

belas, como etc., e não, como mulheres trabalhadoras, de carne e osso, que, independentemente da nossa aparência física, queremos ter direitos. Além do mais, eu acompanhei atentamente às questões com relação à liberdade econômica, das cotas e da reserva de vagas. Eu quero dizer que a reserva de vagas já é uma realidade, Ver. Tarciso, no Município de Porto Alegre, no que diz respeito às cotas raciais, no ingresso no serviço público municipal, inclusive na Câmara de Vereadores. E que bom que as cotas raciais existam nos concursos públicos municipais como uma forma de reparação histórica a um povo que foi violentado, que foi escravizado e que precisa de medidas de reparação. Existem cotas nas universidades federais, são medidas de ações afirmativas que são fundamentais para garantir igualdade de direitos quando existem relações desiguais. Reproduzir preconceito é manter essa desigualdade invisível. É por isso que se debatem cotas sistematicamente. Por isso que na semana de 8 de março dizemos que é importante ter igualdade salarial para homens e mulheres. Hoje as mulheres ganham 30% menos do que o salário dos homens para exercer as mesmas funções. E quando a comparação é com mulheres negras para com o salário do homem branco, chega a ser 50% menos. E não sou eu, Fernanda Melchionna, que fala, não é a Séfora Mota, não é a Sofia Cavedon, ou as outras Vereadoras, Lourdes, Mônica Leal, mas são os estudos que relacionam a desigualdade salarial entre homens e mulheres. É por isso que precisamos de medidas alternativas e ações afirmativas que garantam essa igualdade.

O objetivo do projeto é permitir o direito de escolha, muito embora seja importante discutir, sim, caso não se preencha as vagas. É um debate importante que temos que fazer. Quando não se preenche as vagas, volta para o ingresso universal, porque não houve interessados. Assim são nas medidas de cotas, na aplicação de ações afirmativas que garantam direitos. Não existe nenhuma dificuldade em compreender o que já está colocado na sociedade em várias outras esferas. Mais, é importante também discutir que, sobre o vício apontado pela Procuradoria, nós fizemos uma emenda corrigindo, colocando esses percentuais conforme nos alertaram o André, a Ver.^a Mônica Leal, porque a nossa ideia é construir uma lei para a Cidade. Se há algum problema, nós já fizemos a emenda corrigindo e adequando conforme a lei de cotas para as mulheres, por exemplo, de 30% nas eleições. Por isso, que não é nenhuma grande inovação no que diz respeito a essas políticas de ações afirmativas, inclusive o STF já tem uma jurisprudência ao julgar um pedido de inconstitucionalidade das cotas das universidades federais falando exatamente

pág. 47

o que estou dizendo aqui nesta tribuna: que é necessário ter medidas de equidade e de garantia de direitos.

O Vereador falava sobre a questão da sociedade estar descontente com as votações da Câmara de Vereadores, e de uma coisa eu tenho plena convicção, de que a sociedade e as mulheres ficarão extremamente descontentes se nós rejeitarmos não com o meu voto, com o voto das Vereadoras, mas rejeitarmos esse projeto. Nós, mulheres, sabemos o que é se sentir ameaçadas quando pegamos um táxi à noite. Nós, mulheres, sabemos o que é risco de sofrer uma violência física e sexual. Nós, mulheres, sabemos isso cotidianamente em muito espaços, e é uma pena que se reproduza nos táxis também. Por isso que, quando apresentei o projeto, as mulheres me diziam que tinha que ser 50%; nós estamos começando com 20%, mas queremos avançar. Nós queremos, sim, que as mulheres tenham esse direito de escolha, essa possibilidade de se sentirem seguras voltando para casa. E eu tenho a convicção de que muitas mulheres vão se interessar, porque as mulheres estão se empoderando, e porque é preciso garantir segurança para conjunto dos taxistas. O botão do pânico tem que funcionar para todos: homens, mulheres, para garantir a segurança desses trabalhadores, mas é fundamental garantir a vida das mulheres.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 137/15.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Nedel, eu o escutei atentamente sobre o assunto aqui, nós pensamos muitas coisas parecidas. Não que sobre essa eu não pense parecido, é que eu entendo que proprietário de táxi deveria ter um táxi só, primeiro de tudo. Não é isso? Não é para ter vários táxis. Então, eu não vejo problema nenhum de ele se adequar a isso. E acho que, ao citar os 20%, a Ver.^a Fernanda quis mais chamar a atenção das mulheres para ocuparem o posto de taxistas, é nesse sentido. E é verdade, nós temos que começar a despertar as mulheres para assumirem profissões que parecem que seriam só dos homens. Eu vou dar um exemplo, porque eu vivo nas obras de Porto Alegre – tenho uma pequena empresa que trabalha com obras – e vejo, Ver.^a Fernanda, mulheres pintoras, azulejistas,

gesseiras, competentes, responsáveis, produzindo até mais que os homens e faltando muito menos ao trabalho, isso que elas têm os filhos para cuidar. Então, essas mulheres, todas as mulheres do Brasil – mas vamos falar das de Porto Alegre –, qualquer trabalho que se dê para elas, naquelas profissões que parecem ser só de homens, não são, elas fazem o trabalho, executam-no com responsabilidade e fazem-no bem feito. Então, por isso, eu acho que não vamos decretar 20%, não vamos decretar isso. Nós vamos fazer o seguinte – e aí, sim, eu entro de parceria em qualquer assunto que seja para isso –, nas obras, não disseram que tem que ser 20%, 10%, 5%, mas, paulatinamente, as mulheres estão assumindo postos importantes. Não é somente nos escritórios, na cozinha do restaurante ou na recepção, não, as mulheres estão cada vez mais assumindo responsabilidades em setores diversos. Então, até em homenagem às mulheres, pois estamos no mês da mulher, se bem que todo o ano é o ano das mulheres, Ver. Reginaldo Pujol, V. Exa. também acredita nas mulheres, nós vamos fazer aqui um voto de incentivo às mulheres. Vamos votar com as mulheres para que elas rendam em todas as profissões a que forem chamadas.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, já conversamos informalmente, faço agora o pedido formal. O PLCL nº 008/13, que trata do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, deveria estar na priorização da Ordem do Dia de hoje, por uma combinação feita na reunião de Mesa e Líderes. Consta aqui no item 33. Então, requeiro aqui que ele volte à posição que deveria estar, que o projeto fique no item 2 da priorização na Sessão de quarta-feira. Estamos na semana do Dia 08 de Março, e quarta-feira já tínhamos um projeto de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna e meu, que trata da proibição da incineração, então, que ele fique logo na sequência e seja o segundo projeto na priorização de quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Marcelo, com o auxílio da DL, a sugestão é a de que ele entre após o item 4, porque nós não sabemos o que iremos votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 137/15.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, este projeto firmado pela Ver.^a Fernanda, do PSOL, por incrível que pareça, Ver. Humberto Goulart, ensejou nesta Casa belas articulações, o que demonstra que a Ver.^a Fernanda, na convivência conosco, entende que o Parlamento não é só uma casa de dissenso, é uma casa onde se trabalha, muitas vezes, na busca do consenso. Eu quero, inclusive, cumprimentá-la. Algumas sugestões que lhe foram oferecidas, principalmente pelo Ver. Ferronato, foram desde logo acolhidas e se criaram condições objetivas para um debate bem mais tranquilo, bem mais sereno para se abrir uma perspectiva de aprovação tranquila da proposição.

Eu mesmo acabo contribuindo, porque o Ver. Mauro Pinheiro me mostrou uma emenda que ele havia proposto e que eu achei que era boa. Mas eu disse a ele que havia um risco de inconstitucionalidade na emenda, porque ele falava que, nos futuros prefixos, seria garantido às mulheres 20% desses prefixos. Eu apresentei uma subemenda, com a plena concordância do autor da emenda, que reproduz aquilo que a lei eleitoral estabelece. A lei eleitoral foi uma elaboração que foi sendo progressivamente colocada em prática e que foi eliminando os riscos de inconstitucionalidade. A subemenda à emenda do Vereador diz claramente o seguinte: “A partir dos próximos processos licitatórios para novos prefixos, deverá haver reserva de, no mínimo, 20% (vinte por cento) e no máximo 80% (oitenta por cento) de cada sexo.” Resolvido, como já resolveu com relação ao problema do “carteiraço”, para usar a expressão comum entre os taxistas. Por isso, a minha presença na tribuna é no sentido, primeiro, de entender que este projeto vem à votação no momento em que nós todos estamos, tranquila e serenamente, de coração aberto à homenagear a mulher durante este período, e não só a mulher, a nossa mulher, a mãe dos nossos filhos, a nossa filha, a mãe da nossa neta ou a própria neta nossa, mas todas as mulheres, especialmente aquelas que estão na luta pela sua valorização. Eu não posso, da tribuna, deixar de dizer que eu sempre disse que, evidentemente, a mulher tem

que ser compreendida na sua situação própria. A mulher é mulher, o homem é homem. Nós queremos ser compreendidos? Então, precisamos saber compreender.

Eu entendo, sinceramente, e aqui faço uma homenagem a maior mulher do mundo que eu já conheci, que hoje está no céu, que foi a minha mãe, mãe de leite inclusive de uma pessoa amiga minha, uma senhora hoje com idade igual a minha, 76 anos. Eu quero, Ver. Goulart, dizer o seguinte: eu tenho com os taxistas de Porto Alegre um problema muito sério. É que a minha visão sobre os taxistas de Porto Alegre é deformada, e deformada pela razão muito simples: há 50 metros da minha casa, há dois pontos fixos de táxi, e eu vejo os taxistas pela imagem daqueles que estão ali laborando perto da minha casa, e, nesses, eu não encontro nada semelhante a essas diatribes que foram aqui apresentadas. E ali já labutam mulheres, e é minha amiga pessoal excelente profissional. Se fala em licitação de novos táxis, e vamos nessa hora começar a botar em prática, desde o começo, essa citação de apoio especial aos dois sexos, hoje mais para mulher, quem sabe se amanhã não vai ser a reserva de mercado para nós, homens. O que a gente quer é que homens e mulheres neste País possam trabalhar, produzir e serem felizes, e esse é o nosso desejo em um País tão triste como é o nosso nos dias atuais. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, à Emenda nº 01 ao PLL nº 137/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda 01 ao PLL nº 137/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Alex Fraga, ao PLL nº 137/15.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 137/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 137/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com voto contrário do Ver. João Carlos Nedel.

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 137/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 137/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com voto contrário do Ver. João Carlos Nedel.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, o PLL nº 137/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

Em votação, em 1º Turno, o PELO nº 004/15. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação, em 1º Turno, do PELO nº 004/15, como autora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Vereador-Presidente, parabéns mais uma vez a esta Casa, que linda a votação anterior da cota para as taxistas. Estou um pouco preocupada com o quórum, porque nós precisamos de 24 votos para esse projeto. É um projeto que prevê, para a posterioridade, ou seja, ele tem a ideia de ter uma cláusula pétrea à proposta de que todo ano o Executivo Municipal preste contas à Câmara Municipal acerca das ações e dos programas desenvolvidos no exercício anterior relacionados à proteção de mulheres e de crianças vítimas de violência, à prevenção e ao combate à violência contra a mulher e à promoção dos direitos da mulher e dá outras providências.

Por que se faz importantíssimo que o Parlamento receba essa prestação de contas? Porque isso ajuda a cumprirmos a nossa função fundamental de fiscalização, que é de fiscalização da real existência de políticas públicas para erradicar a violência contra a mulher. No domingo, estivemos – eu, a Ver.^a Séfora e a Ver.^a Jussara Cony – no Brique, no Ocupa Redenção, no movimento das mulheres, e conhecemos uma vítima da violência. E eu quero falar esta uma jovem, que se chama Bárbara Penna, para que fique muito mais sólido ainda como é importante a intervenção pública na prevenção da violência contra a mulher e contra as meninas.

Em novembro de 2013, os moradores do bairro Lindóia presenciaram uma noite de horror. Naquela madrugada aconteceu uma das maiores tragédias familiares do Brasil. João

Guatimozin Moojen Neto não aceitou o fim do relacionamento com Bárbara; ela foi acordada, após discussão, com chutes, socos e arrastões de cabelo. Não satisfeito, João tentou quebrar o pescoço da jovem. Após Bárbara Penna ter desmaiado, João tocou álcool no seu rosto, logo em seguida riscou um fósforo. Ao acordar, desesperada, a moça foi até a janela da varanda gritar por socorro, Neto foi atrás e jogou-a do terceiro andar do prédio onde estavam. Ela teve 40% do corpo queimado, quebrou nariz, calcanhares, tornozelos, dedos, cóccix, coluna e joelhos; afundou o fêmur, na bacia, afundou a cabeça, teve lesão no fígado, perda de 60% da visão do olho direito, perda da orelha direita e do cabelo, afetando profundamente o couro cabeludo; sofreu uma parada cardíaca e ficou quatro meses internada. Estava, essa moça, Bárbara, no Parque da Redenção, domingo. Ela está se recuperando, Ver. Comassetto, ainda está com as marcas da tragédia no corpo e se mobiliza para conseguir uma prótese. Mas o caso é muito mais grave do que isso: na noite da tragédia, seus dois filhos – Isadora, de dois anos, e Henrique, de três meses – morreram intoxicados pela fumaça; um idoso que tentou ajudar também não resistiu à fumaça que tomou conta do local. Hoje Bárbara Penna tenta, aos poucos, retomar sua vida, é uma jovem desejando ter uma vida normal, e agora ela precisa de solidariedade: sua próxima cirurgia é a colocação de prótese de cerâmica na cabeça do fêmur, porém, devido à idade da jovem, o SUS não fornece o material. Foi realizada uma campanha de doação. Não pensem que o caso da Bárbara é um caso extraordinário: nós tivemos, na Região Metropolitana, o corte das mãos de uma mulher.

Feminicídio é uma lei votada recentemente, considerando crime hediondo a violência contra a mulher. Essa violência é a ponta do *iceberg* de uma sociedade que não alterou a sua relação com a mulher, a relação homem/mulher na condição dela como submissa, como objeto, e que não alterou a cultura masculina. Infelizmente, esses homens ainda não suportam que a mulher tenha o direito de dizer não, tenha o direito à autonomia, à liberdade, à vida íntegra e, principalmente, a resolver sobre o seu corpo e sobre a sua vida.

Também em homenagem à Bárbara e a tantas outras mulheres, nós precisamos que este Parlamento tenha condições de fiscalizar as ações do Executivo. Esta é a proposição singela: que, todos os anos, tenhamos formalmente as ações realizadas, fazendo um balanço e apresentando sugestões para cumprirmos a nossa parte, enquanto Parlamento. Erradicar a violência, em pleno século XXI, é urgente, é necessário, é tarefa a que temos

que nos dedicar com muito afincio. Espero a aprovação de todas e todos, mas vejo que nós não teremos quórum neste fim de tarde.

(Não revisado pela oradora.)

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, requiro o adiamento da votação, em 1º Turno, do PELO nº 004/15 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 070/13. (Pausa.) A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 070/13, como autora.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna encaminhar, apesar de que visivelmente talvez não tenhamos quórum e, automaticamente, este requerimento passará para a próxima sessão, mas preciso da garantia de que terei esse requerimento votado em uma próxima sessão, se agora não tivermos quórum. É disso que se trata.

Trago à discussão essa solicitação dessa Frente Parlamentar para trazer de novo a discussão da violência. Há pouco estávamos aqui discutindo vários projetos sobre a violência que vivenciamos na sociedade, e há outros seres humanos da sociedade que sofrem essa violência não só individual, mas de grupos organizados e até a violência institucionalizada. São mulheres e homens que a sociedade não os entendem e com eles é violenta, e eles têm o direito de exercer, com respeito e liberdade, sua orientação sexual. Creio com toda a convicção que essa é uma violência escondida, velada na sociedade, que vai da violência até a morte, e é muito massificada através de reportagens que não raro banalizam a diversidade humana e de expressão sexual, que eu considero natural. Não há estatísticas ainda que nos possibilitem a discussão que vai muito além dessas reportagens e que se materializam não só naquele ou naquela que sofre a violência, mas se materializa nos seus familiares, gera acúmulo de sentimentos que se contrapõem radicalmente à humanização das relações, e o respeito a homens e mulheres

que são – como cada um de nós – trabalhadores das mais variadas profissões, portanto, cidadãos e cidadãs da nossa Cidade.

Uma Frente Parlamentar, como essa, é sustentáculo, primeiro, em tentar conhecer a real situação de violência e qual o número de pessoas que são violentadas pela sua orientação sexual. E assim conhecendo, nós podemos buscar ações de políticas públicas que se materializem, antes de tudo, no respeito à diversidade, no respeito à cidadania. E como mais uma frente na busca de relações que se pautem na perspectiva de uma sociedade verdadeiramente democrática, com justiça social e humana, e que nos garantam políticas públicas que concretizem esta busca de uma nova sociedade, de uma sociedade que respeite as diversidades humanas e culturais. Nós vivemos numa sociedade, o mundo inteiro, muito machista, existe muito ódio, existem incompreensões, existe a incapacidade de entender as orientações sexuais das pessoas como algo natural da pessoa, inclusive incompreensões que levam ao desamor, que levam, muitas vezes, a essas pessoas não terem sequer o direito de constituir uma família. A humanidade tem mostrado ao longo do tempo as aglomerações familiares, as pessoas que se encontram podem ser dos dois gêneros, mas podem ter as mais variadas orientações sexuais. É por isso que eu gostaria de ver essa frente aprovada. Se nós pudermos aprovar na sessão de hoje, eu acho que seria um passo desta Casa como garantidora de relações humanas verdadeiramente à altura do que é a humanidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 070/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação o Requerimento nº 115/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Prof. Alex Fraga.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que passemos, imediatamente, à votação do Requerimento nº 012/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 012/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção da Ver.^a Sofia Cavedon e os votos contrários da Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver. Prof. Alex Fraga e Ver.^a Jussara Cony.

Em discussão o PLL nº 097/10. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Memorando nº 009/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação em reuniões na Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, na cidade de Brasília, no dia 8 de março do corrente ano.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Sete Vereadores presentes. Não há quórum. Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h.)